

FILME EM *BASTARDOS INGLÓRIOS*, TARANTINO PROCURA VALORIZAR O CINEMA CLÁSSICO HOLLYWOODIANO

retrato

doBRASIL

WWW.RETRATODOBRASIL.COM | R\$ 8,00 | Nº 30 | JANEIRO DE 2010

AGRICULTURA

Os produtores familiares e o agronegócio

ALEMANHA

Após 20 anos da queda do Muro, falta integração

AS ELEITAS

As empresas que o governo Lula escolheu para apoiar



A CRISE ACABOU?

PARA O GOVERNO, SIM. MAS HÁ QUEM ACHES QUE ESSA AVALIAÇÃO É PRECIPITADA

O BRASIL DECOLOU?

NÃO. E SÓ VAI SE LEVANTAR QUANDO TIRAR DAS COSTAS O PESO DA DEPENDÊNCIA

ISSN 1980-3796

30



CIÊNCIA COM TÉCNICA REVOLUCIONÁRIA, NOVOS EQUIPAMENTOS MOSTRAM O CÉREBRO EM FUNCIONAMENTO

WEBERSON
SANTAGO



PERNAMBUCO. O MELHOR DESTINO PARA OS SEUS INVESTIMENTOS.

- Desde 2007: 201 indústrias atraídas através do Programa de Desenvolvimento de Pernambuco (Prodepe)
- Agosto de 2009: crescimento de 7,4% da produção industrial do Estado (a do Brasil cresceu apenas 1,2%)
- Até 2010: mais de 120 indústrias no Complexo de Suape

PARTIDA - DEPARTURE	
AÇÚCAR	SUGAR
FRUTAS	FRUIT
ÁLCOOL	ETHYL ALCOHOL
BATERIAS AUTOMOTIVAS	LEAD-ACID ELECTRIC ACCUMULATORS
DERIVADOS DE PLÁSTICO	POLYETHYLENE TEREPHTHALATE
DERIVADOS DE BORRACHA	BUTADIENE RUBBER
CRUSTÁCEOS	CRUSTACEANS
GESSO	GYPSUM

O Governo de Pernambuco encarou a crise financeira de frente e não parou de atrair indústrias, criar Parcerias Público Privadas, investir em infraestrutura e promover o desenvolvimento, tanto na Região Metropolitana do Recife quanto no Interior do Estado. O esforço está sendo compensado. Desde 2007, foram gerados milhares de empregos em todas as áreas. Os maiores investimentos da história de Pernambuco ocorreram em 2008 e 2009 e o cenário para 2010 é ainda mais promissor. Invista em Pernambuco e cresça com o maior polo logístico do Norte e Nordeste.

06 **Ponto de Vista**

O VOO DO BRASIL

The Economist acha que o País decolou. Dá para crer nessa avaliação, diante da histórica dependência brasileira?

09 **NOSSAS CAMPEÃS MUNDIAS**

A real política industrial brasileira privilegia um punhado de grandes empresas que atuam no exterior

[Rafael Hernandez]

18 **OS SEM-ESCOLA**

As mazelas das crianças que, por diversos motivos, acabam sendo colocadas para fora das escolas

[Marina Amaral]

12 **A CRISE ACABOU?**

O governo concorda. Mas, o País está mesmo salvo?

[Lia Imanishi]



36 **GUERRA SANTA**

Uma corte europeia reabre uma antiga discussão ao decidir que os edifícios públicos italianos não podem exibir crucifixos

[Yuri Martins Fontes]



21 **UM TABU EM QUESTÃO**

Ao adotar a taxa progressiva do IPTU, a cidade de São Paulo mexe com o direito de propriedade

[Antônio Martins e Gabriel Vituri]

24 **OS PEQUENOS E O AGRONEGÓCIO**

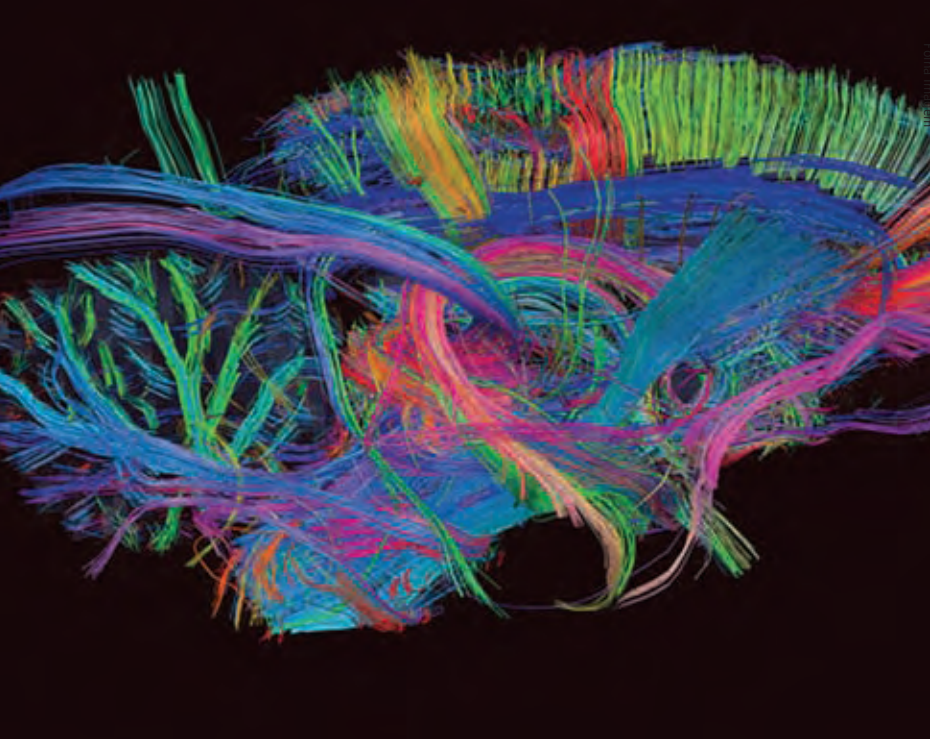
Como agricultores familiares paulistas se relacionam com o mercado e os grandes produtores

[Tânia Caliar]

32 **UM NEW DEAL PARA OBAMA?**

O presidente americano e suas opções para combater o crescimento acelerado do desemprego

[Flávio Diegues]



40 BISBILHOTANDO O PENSAMENTO VIVO

Já é possível visualizar o funcionamento do cérebro. Um passo adiante em relação aos esquemas estáticos adotados até agora
[Flávio de Carvalho Serpa]

38 O OUTRO MURO

No 20º aniversário da reunificação da Alemanha, a integração da população do país parece distante
[Yuri Martins Fontes]

46 UMA HISTÓRIA DO HORROR

A origem de nossas prisões, relatada em dois volumes, ajuda a compreender um pouco melhor a sociedade brasileira
[Marcos Rolim]

44 DERROTAS E REVANCHES DA DIALÉTICA

Relançamento de livro polêmico de Leandro Konder mostra como suas ideias permanecem importantes
[Marcelo Ridenti]

48 A GRUA DE BASTARDOS INGLÓRIOS

O mais recente filme do pós-modernista Quentin Tarantino pode ser considerado sua obra-prima
[Leandro Saraiva]



FALE CONOSCO:

www.retratodobrasil.com

CARTAS À REDAÇÃO

cartas@retratodobrasil.com
rua fidalga, 146 conj. 42
cep 05432-000 são paulo - sp

ASSINATURAS

vendas@retratodobrasil.com
tel. 11 | 3032 1204 ou 3813 1527
de 2ª a 6ª, das 9h30 às 17h

ATENDIMENTO AO ASSINANTE

assinatura@retratodobrasil.com
tel. 31 | 3281 4431
de 2ª a 6ª, das 9h às 17h

PARA ANUNCIAR

comercial@retratodobrasil.com
tel. 11 | 3032 1204 ou 3813 1527
de 2ª a 6ª, das 9h30 às 17h

CIRCULAÇÃO EM BANCAS

circulacao@retratodobrasil.com

EDIÇÕES ANTERIORES

vendas@retratodobrasil.com

REDAÇÃO

redacao@retratodobrasil.com
tel. 11 | 3814 9030

Entre em contato com a redação de **Retrato do Brasil**. Dê sua sugestão, critique, opine. Reservamo-nos o direito de editar as mensagens recebidas para adequá-las ao espaço disponível ou para facilitar a compreensão.

ERRATA

Na edição nº 28, de novembro passado, o artigo "O petróleo e a questão nacional" foi publicado com uma informação errada na página 8, primeira coluna, final do terceiro parágrafo. O correto é: "Elas [as petroleiras] lutam pela sobrevivência: as reservas mundiais estão nas mãos de empresas nacionais, e as petroleiras, que já foram donas de quase tudo, concentram hoje apenas 7% do total".

CAPA

EXPEDIENTE - SUPERVISÃO EDITORIAL Raimundo Rodrigues Pereira **EDIÇÃO** Armando Sartori **REDAÇÃO** Carlos Azevedo • Flávio Dieguez • Leandro Saraiva • Lia Imanishi • Rafael Fernandes • Sônia Mesquita • Tânia Calliari **DIREÇÃO DE ARTE** Chico Max **EDIÇÃO DE ARTE** Pedro Ivo Sartori **REVISÃO** Silvio Lourenço • Gabriela Ghetti • Bruna Bassette [OK Linguística] **COLABORARAM NESTA EDIÇÃO** Antônio Martins • Carla Bispo • Flávio de Carvalho Serpa • Gabriel Vituri • Marina Amaral • Marcelo Ridenti • Marcos Rolim • Yuri Martins Fontes • **Retrato do BRASIL** é uma publicação mensal da Editora Manifesto S.A.

EDITORIA MANIFESTO S.A. PRESIDENTE Roberto Davis **DIRETOR VICE-PRESIDENTE** Armando Sartori **DIRETOR ADMINISTRATIVO** Marcos Montenegro

DIRETOR EDITORIAL Raimundo Rodrigues Pereira **DIRETOR DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS** Sérgio Miranda

GERENTE COMERCIAL Daniela Dornellas **REPRESENTANTE EM BRASÍLIA** Joaquim Barroncas • Tel 61 3328 8046

ADMINISTRAÇÃO Neuza Gontijo • Maria Aparecida Carvalho

OPERAÇÃO EM BANCAS • **ASSESSORIA** EDICASE [www.edicase.com.br] **DISTRIBUIÇÃO EXCLUSIVA EM BANCAS** Fernando Chinaglia

Comercial e Distribuidora S/A MANUSEJO FG Press

TIRAGEM 20 mil exemplares [Tiragem auditada pela BDO Trevisan Auditores Independentes]





O voo do Brasil

O semanário conservador britânico *The Economist* diz que o País decolou. Mas é possível sair do chão apenas batendo os braços?

A REVISTA semanal britânica *The Economist* é, certamente, a publicação conservadora mais influente do mundo ocidental. Por esse motivo, seu artigo especial de meados de novembro passado, “Brazil takes off”, algo como “O Brasil decola”, teve grande repercussão. Foi citado, por muitos, como prova de que, finalmente, para nosso país, o futuro chegou.

Dois são os argumentos básicos da revista. O primeiro é o de que a situação social brasileira sofreu uma revolução

para melhor, com o crescimento da classe média. *The Economist* chega a afirmar – como que repetindo um bordão tornado famoso pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o seu “nunca antes na história deste país” – que “o Brasil vive provavelmente o seu melhor momento desde que um grupo de marujos portugueses (em busca da Índia) bateu nas suas praias em 1500”.

Os dados apresentados pela revista sobre a classe média brasileira são os do estudo do economista Marcelo Neri,

da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Com base em pesquisas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Neri calculou que a camada de pessoas com renda familiar entre R\$ 1.064 e R\$ 4.590 – que ele chama de “a nova classe média” – subiu de 42% para 52% da população brasileira entre 2004 e 2008 (ver “Forçando a barra”, *Retrato do Brasil*, edição nº 16, novembro de 2008).

A “classe” que Neri examina é a camada C dos estudos mercadológicos que dividem a população brasileira em

cinco faixas sucessivas de renda: A, B, C, D e E, sendo A a de renda mais alta, E a de renda mais baixa, e C, naturalmente, a “média”. O trabalho de Neri é um de vários que têm sido usados para mostrar a “revolução” silenciosa que teria havido nas relações entre as classes sociais do Brasil nos anos recentes, especialmente no governo do presidente Lula.

No fim de outubro passado, por exemplo, o diário *Valor Econômico* divulgou trabalho semelhante do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Esse estudo não se baseia nas cinco “classes” mercadológicas utilizadas por Neri. Toma como ponto de partida o ano de 2001, no qual os indivíduos foram escalonados em função de sua renda e divididos em três camadas numericamente iguais, com 33,33% da população cada uma. A camada de renda mais baixa foi chamada de “base”; a seguinte, de “intermediária”; e a de renda mais alta, de “superior”. O estudo calculou as duas rendas individuais mensais que separavam as três camadas em 2001 e fez a correção monetária desses valores – para a frente, até 2008 e, para trás, até 1995. Considerou, então, que as duas linhas de renda obtidas eram os limites entre as camadas “base”, “intermediária” e “superior”. E, com os números reais da renda das pessoas, obtidos em pesquisas do IBGE, foi medida, ano a ano, a população dentro de cada camada.

Comparando 1995 com 2008: a “base” diminuiu – correspondia a 34% da população e passou para 26% – a camada “intermediária” cresceu muito – foi de 21,8% para 37,4% – e a camada superior também diminuiu, caiu de 44,2% para 36,6% em 2008. A conclusão do estudo é parecida com a de Neri, para o período do governo Lula. Examinando a migração da “base” para a camada “intermediária”, no período 2005-2008, 18,5 milhões de brasileiros – cerca de 10% da população do País – subiram da faixa mais pobre para a camada média.

O trabalho de Neri não estuda as relações entre as classes sociais no País. O do Ipea, de acordo com *Valor*, analisaria “a evolução da estrutura social de acordo com níveis de renda” no Brasil. Mas, a despeito da classificação dada pelo jornal, é também uma análise da evolução das camadas de população por faixa de renda, e não um estudo

de relações entre classes sociais num sentido mais amplo. Uma forma de ver, de fato, essas relações é por meio do exame da divisão de renda entre o capital e o trabalho e a evolução do salário real médio em São Paulo, onde se concentra a maior parte da classe operária do País e onde a outra grande classe social brasileira, a burguesia, é a mais poderosa.

Em trabalhos desse tipo (ver “Era pouco... e se acabou?”, *RB* edição nº 24, julho de 2009) vê-se que a renda do trabalho, a despeito de uma leve melhora a partir de 2004, está longe de se recuperar das quedas que veio sofrendo em relação às rendas do capital nas últimas décadas. Vê-se, também, que o salário real médio em São Paulo, depois de ter caído de um índice de 100,

Apesar das medidas
do governo Lula
no campo social
e do crescimento
dos últimos anos,
os rendimentos
dos trabalhadores
permanecem
distantes daqueles
de décadas atrás

em 1985, para cerca de 50 por volta de 2004, ficou estagnado nesse patamar baixo até 2008. E, com certeza, não será a crise econômica de 2009, quando se espera um crescimento bem menor que o da média dos quatro anos anteriores, que vai melhorar essa situação.

O principal argumento de *The Economist* para chegar à conclusão de que o Brasil decolou é o comportamento da economia. A revista britânica endossa a tese de que a crise, aqui, foi “nothing more than a small tide breaking on his country beaches”, como disse o presidente Lula: ou seja, uma “marolinha”. Diz que estamos “condenados à prosperidade”, pois

mesmo os críticos de nossa dependência de exportações de matérias-primas e produtos semielaborados acabarão por “amar o setor de *commodities*”, e mostra a disparada no ingresso de capitais estrangeiros, que se inicia em 1995 – após a criação do Plano Real –, tem uma pequena descontinuidade nos anos seguintes a 1998, com a quebra do País, mas é retomada com mais vigor ainda a partir de 2004. Uma enxurrada de dinheiro que inundou o País e que, segundo o balanço feito pelo Banco Central (BC) brasileiro no início de dezembro passado, continuou batendo recordes em 2009.

Aqui *The Economist* não argumenta por ignorância dos fatos, mas por interesse. Fundada em 1846 por industriais da cidade de Manchester empenhados em defender o livre-comércio, até hoje a revista sustenta o ponto de vista de que a liberdade do indivíduo para montar seus negócios é a base das liberdades políticas e do progresso. Apoiou editorialmente desde as Guerras do Ópio – da época da rainha Vitória, para abrir, a canhoneiras, o mercado chinês, no final do século XIX – até as recentes invasões do Afeganistão e do Iraque pelo império americano. O semanário louva a estabilidade político-econômica brasileira conseguida nesses 15 anos de governo FHC-Lula, mas com certa ironia. Acha que o País não sairá de taxas de crescimento modestas. Parece dizer: para o Brasil, onde “muitos políticos não veem nada de errado em roubar o dinheiro do povo” e o governo “é impotente diante da devastação ambiental”, crescer entre 4% e 5% ao ano já está bom demais. “Aqui nunca se terá uma escola como Harvard ou uma criação como o Google”, diz um entrevistado destacado por *The Economist*. Mas a revista britânica pelo menos é honesta: diz que sua preocupação básica, ao analisar nosso País, foram os negócios – e não os problemas sociais, políticos e ambientais.

Do ponto de vista dos grandes negócios internacionais, de fato, o Brasil é a bola da vez. Existe um enorme interesse de transformar em ativos reais a montanha de riqueza monetária que as nações desenvolvidas do Ocidente conseguiram, até o momento, preservar do desastre total anunciado em setembro de 2008, com o quase desmanche do sistema financeiro americano. ►



O Brasil é, com certeza, um dos melhores lugares do mundo para se fazer essa metamorfose. Aqui, dinheiro ameaçado de virar pó, em virtude de eventuais desdobramentos do abalo tectônico sofrido pelo mundo capitalista, pode se transformar em propriedade: de terras, minérios, petróleo, fábricas. O País tem regras inacreditavelmente estáveis. Por exemplo: desde o início de 1992, o BC brasileiro paga os maiores juros do mundo por sobras de caixa, dinheiro de curto e curtíssimo prazos que as grandes empresas têm. Para se ter uma ideia: em outubro passado, o BC teve em média, por dia, meio trilhão de reais em títulos comprometidos com esse tipo de pagamento (veja mais detalhes em “A crise acabou?”, nesta edição).

Ou seja: saiu o primeiro governo liberal, de Fernando Collor de Mello, por *impeachment*, veio o de Fernando Henrique Cardoso, um liberal mais consequente, chegou o governo Lula, considerado de esquerda, e, passados quase 18 anos, essa “anomalia tropical”, de ter juros reais permanentemente altíssimos no curto e curtíssimo prazos, não acabou. A questão, na verdade, é

ainda mais grave, visto que o capital só entra num país se puder, mais facilmente, sair: essa liberdade, que na época de Collor era informal e relativamente restrita, estabeleceu-se, agora, de modo oficial e amplo.

Qual o problema escondido pelo otimismo interesseiro da revista britânica? É que o Brasil já teve outros surtos de euforia com o capital estrangeiro e, afinal, não decolou. Isso porque o País tem uma doença estrutural, a dependência externa. Uma forma de visualizar esse mal é examinar as contas do Brasil com o exterior. São duas contas básicas. As “contas-correntes” medem o relacionamento da nossa economia com o exterior no curto prazo. Contabilizam as entradas e saídas anuais de dinheiro relacionadas com a compra e venda de bens e serviços. As “contas de capital” contabilizam empréstimos e investimentos, de nacionais no exterior e de estrangeiros no País, feitos a prazo mais longo. Uma conta se reflete na outra: quem toma muito capital na conta de longo prazo tem de pagar, pela conta-corrente, como “serviço do capital”, os juros,

lucros e dividendos correspondentes aos empréstimos e investimentos recebidos.

O Brasil sofre do mal de ter de pagar, por esses empréstimos e investimentos de fora, com os resultados quase sempre precários do seu comércio exterior corrente: exporta mercadorias de baixo valor agregado, como carne, suco de laranja, soja, algodão e minério de ferro, e importa mercadorias de alto valor agregado, como máquinas e equipamentos sofisticados. O Brasil, por exemplo, não fabrica praticamente nada no setor de microeletrônica e semicondutores. Teve, em 2008, no balanço da área que inclui esses itens, a de eletroeletrônicos, um *deficit* de 20,1 bilhões de dólares – comprou 32 bilhões de dólares e vendeu 9,9 bilhões de dólares.

Entre 2003 e 2007, o País viveu uma espécie de milagre: os altos preços das *commodities* no mercado internacional permitiram a geração de superávit nas contas-correntes, a despeito de uma grande aceleração na conta de serviços do capital – as remessas de juros, lucros e dividendos.

Esse milagre, no entanto, já se encerrou. O preço das *commodities* caiu, por conta do enfraquecimento da economia global, e as remessas de capital para fora do País não diminuiram, a despeito da crise. Em 2008, o Brasil enviou para o exterior 33,8 bilhões de dólares, um recorde em todos os tempos. Em consequência, o *deficit* nas transações correntes voltou. Em 2009, será um pouco menor, porque a economia brasileira, tudo indica, crescerá muito pouco e, portanto, comprará poucos bens e serviços lá fora. Mas, neste ano de 2010, deve crescer – e muito, exatamente porque o País é dependente e mesmo a aceleração da sua indústria de produção de *commodities* como minério, petróleo e produtos agrícolas depende de sofisticadas máquinas e equipamentos importados. E isso sem contar o enorme custo representado para o País pelos capitais que vêm, mas não acrescentam nada à capacidade produtiva instalada, porque, ou vão para a especulação na bolsa, ou para o financiamento da dívida pública, ou para a compra de ativos já existentes.

Como pode um País decolar carregando um peso tão grande? Não adianta bater os braços nem puxar para cima seus próprios cabelos. ■

NOSSAS CAMPEÃS MUNDIAIS

O Planalto escolheu algumas grandes empresas para se tornarem *players* globais. Elas produzem mais do que sempre fizemos: bens de baixa tecnologia

por **Rafael Hernandes**

Moacyr Lopes Junior/Folha Imagem



NO INÍCIO de novembro, em entrevista concedida ao diário *Valor Econômico* durante seminário realizado em Londres, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse que o governo federal deve promover uma enorme capitalização do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), da ordem de 100 bilhões de reais, a serem aportados com o intuito de garantir a expansão dos empréstimos feitos pela instituição financeira. O novo aporte agrega-se a uma massa considerável de recursos repassados pelo Tesouro Nacional: entre o início de 2008 e o início do segundo semestre do ano passado, o BNDES recebeu mais de 137 bilhões de reais.

O banco é o principal instrumento governamental de financiamento à indústria, de acordo com Mansueto Almeida, economista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Almeida é autor do estudo “Desafios da real política industrial brasileira no século XXI”, publicado em meados de outubro passado, em que procura demonstrar como esse instrumento é utilizado para a realização da política industrial brasileira. O primeiro sintoma disso é o montante de empréstimos ao setor industrial ter praticamente dobrado em apenas dois anos – em 2007, somaram pouco mais de 25 bilhões de reais, enquanto, no ano passado, até outubro, foram mais de 50 bilhões de reais.

VENCEDORES

Para avaliar a atuação do governo federal no incentivo à indústria, Almeida considerou também a compra de ações pelo BNDES-Par (*holding* de propriedade do banco) e por fundos de pensão dos trabalhadores das estatais, além de parcerias estabelecidas pela Petrobras. Entre as empresas que se beneficiam desse tipo de participação acionária estão Vale, Braskem, CSN, Gerdau, Usiminas, Embraer e Brasil Foods Usiminas, Embraer e Brasil Foods (ao lado, os presidentes da Perdigão, Nildemar Secches, e da Sadia, Luiz Fernando Furlan, quando do anúncio da fusão que resultou na Brasil Foods).

Em seu trabalho, aponta os 30 maiores grupos multinacionais brasileiros, sem exceção, como tomadores de empréstimo do BNDES, dos quais 25 têm participação acionária e/ou parcerias com algum dos entes públicos. Trata-se do que Almeida batizou de a “real política industrial”, cujo objetivo é o fortalecimento e a formação de “campeãs nacionais”.

A despeito de a política industrial oficial do governo Lula apontar para o desenvolvimento de áreas com maior tecnolo- ▶

gia, aumento dos gastos com pesquisa e desenvolvimento (P&D) e investimentos privados, o que se pode ver é a escolha de “vencedores em setores nos quais já somos competitivos ou naqueles nos quais o governo considera importante ter uma empresa-líder nacional” (ver, a esse respeito, *Retrato do Brasil* edição nº 9, abril de 2008).

Entre os casos mais evidentes, todos concluídos no ano passado, estão a fusão entre a VCP e a Aracruz, que criou a Fibria, maior processadora de celulose de eucalipto do mundo, e a união da Perdigão com a Sadia, que originou a Brasil Foods, líder mundial em aves congeladas. A área frigorífica também foi alvo de grande atenção. Em 2008, os quatro maiores empréstimos concedidos pelo BNDES ao setor industrial foram para esse tipo de companhia – Bertin, Marfrig, Independência e JBS –, num total de mais de 4,7 bilhões de reais, quase 12% de todos os recursos destinados à indústria naquele ano. Os três primeiros, inclusive, tiveram participação acionária adquirida pelo banco. O coroamento desse processo foi a aquisição, no ano passado, do Bertin pela JBS/Friboi, formando a empresa campeã mundial em processamento de proteína animal, posição que só foi possível alcançar graças ao banco.

O apoio estatal contribuiu então não só para o crescimento e consolidação dessas e de outras empresas no mercado interno, como também para sua internacionalização, tornando-as grandes *players* mundiais em seus ramos de atividade.

Almeida faz uma comparação do montante de dinheiro aplicado. O maior emprés-

timo feito a um frigorífico, ao Bertin, de 2,5 bilhões de reais, foi superior ao orçamento de todos os fundos setoriais do País, criados em 1999 como forma de o governo financiar pesquisa, desenvolvimento e inovação em setores como biotecnologia, aeronáutica e energia. “O recurso total dos fundos setoriais, principal financiador para as ações de inovação, é por volta de 2 bilhões de reais anuais”, diz o economista a RB.

BAIXA TECNOLOGIA

A injeção de recursos públicos ou semipúblicos – na forma de empréstimos ou de participação acionária – vem ocorrendo, em geral crescentemente, em áreas de baixa e média/baixa tecnologia, ajudando a consolidar a estrutura produtiva existente no País. Em 2007, por exemplo, 60% dos empréstimos do BNDES para a indústria tiveram esse destino, ante 46,5% em 2002. Em 2008, dos dez maiores empréstimos para o setor industrial, oito foram para frigoríficos, agroindústrias ou usinas de álcool.

Para Almeida, essa forma de atuação do governo pode gerar diferentes e graves problemas. “Podemos aprofundar cada vez mais o modelo de estrutura industrial que queremos mudar”, diz. Alterar a estrutura vigente era a visão presente nos principais programas lançados pela atual administração. A Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE), lançada em 2003, tinha como motes inovação, desenvolvimento tecnológico e inserção externa e apostava em setores considerados estratégicos (como *softwares*, bens de capital, fármacos) ou de

futuro promissor (biotecnologia, nanotecnologia, energias renováveis). Em 2008, com o lançamento da Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP), ocorreu uma mudança importante: apesar de o governo manter os objetivos mais gerais, abriu o leque das prioridades, que foram estendidas a 24 subsetores industriais.

Na prática, os recursos foram direcionados para o estímulo à concentração de setores tradicionais da economia brasileira. “É muito fácil, são empresas grandes, que já mostraram ser competitivas e estão em setores em que o Brasil tem vantagem competitiva e o risco é menor”, diz Almeida.

Outra questão apontada por ele é que, caso não se dê a devida atenção aos pequenos e médios fornecedores, pode ocorrer um aumento da rentabilidade dos grandes conglomerados. Com isso, os menores se tornarão cada vez mais sujeitos a um mercado concentrado, com poucos compradores (oligopsonia) e tendo menor poder de barganha. “Pode haver, inclusive, problemas de distribuição de renda”, diz.

Cláudio Dedecca, do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), reconhece que o governo tem privilegiado a constituição de grandes empresas. Segundo ele, no entanto, isso é necessário num mundo em que empresas de grande dimensão internacional ou de produção em grande escala dominam. “Se constituirmos grandes empresas em setores-chave e tivermos um crescimento robusto tanto no mercado interno como no externo, penso que teremos chance de destravar a política tecnológica”, diz. Embora até o momento a atuação principal do governo tenha se restringido aos setores em que o Brasil tem maior presença, Dedecca vê “sinais de que o BNDES planeja consolidar posições nas indústrias química e farmacêutica, bem como nas de componentes eletrônicos”.

Hélio Nogueira da Cruz, professor da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (FEA-USP), concorda com a necessidade apontada por seu colega da Unicamp e diz que o processo deve ser seletivo, porque não é possível financiar todas as áreas. Segundo ele, é “acertado investir naquilo em que o País já tem mais *know-how*, está estabelecido”.

O resultado do apoio à formação de grandes grupos e sua internalização está refletido nos dados fornecidos pela Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD). Se entre 1980 e 2000 o estoque de investimentos

Almeida: como a internacionalização das empresas “campeãs” vai beneficiar o País?



Luiz Antonio/aq/LAR

diretos de empresas brasileiras no exterior (IDE) passou de 38,5 bilhões de dólares para 51,9 bilhões de dólares (aumento de 34,7%), durante o governo Lula esse número disparou. Mesmo antes desse movimento mais intenso que ocorre nos últimos dois anos, o estoque de IDE chegou a 129,8 bilhões de dólares em 2007, alta de 200% em relação a 2000.

Para o professor da USP, a aposta em grandes grupos produtores de mercadorias de baixa tecnologia e o aparente abandono de estratégias mais ambiciosas resulta, entre outros fatores, de problemas enfrentados pela PDP. Primeiro, haveria uma “concorência” com o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que teria atraído os esforços do governo, deixando a PDP de lado, seja por não ter a mesma “envergadura”, seja pela falta de “um protetor, como a ministra Dilma Rousseff”, lançada como candidata do presidente Lula à sua sucessão. A crise econômica também teria prejudicado o programa, na medida em que o Executivo viu no incentivo aos grandes grupos uma forma de manter a salvo a economia do País, roubando atenção e recursos da PDP.

APOIO SUBSIDIADO

Almeida lembra que a política escolhida também tem um custo, pelo fato de a capitalização promovida pelo Tesouro no BNDES ter sido realizada por meio da emissão de títulos da dívida pública federal. “Hoje, o impacto dessa operação em termos de endividamento é zero, porque ela gerou uma dívida e um crédito. O Tesouro está se endividando, mas, ao mesmo tempo, ao emprestar para o BNDES, torna-se credor do banco”, explica.

No longo prazo, a situação é diferente. Considerando a diferença entre o custo do Tesouro para obter esse dinheiro, estimado pelo economista em 11,25% ao ano, e a taxa cobrada do BNDES, equivalente a aproximadamente 6,25% ao ano, próxima da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), o dispêndio anual com essa política poderá chegar a 7 bilhões de reais – levando em conta o saldo de 152 bilhões de reais, posição do final do ano passado. Esse valor poderá ser ainda maior caso os 100 bilhões de reais prometidos por Lula se tornem realidade ou a taxa Selic (taxa básica de juros), que influencia o custo da dívida pública, seja elevada pelo Banco Central.

“Qualquer subida dos juros vai trazer um impacto muito grande. É uma situação parecida com a que tivemos nos anos

A mão do Estado

O dinheiro do BNDES e/ou dos fundos de pensão das estatais está presente em quase todas as 20 maiores empresas brasileiras que atuam no exterior, segundo a receita líquida em 2008

1	Petróleo Brasileiro S.A.	Participação direta do BNDESPar em 7,62% do capital
2	Petrobras Distribuidora S.A.	Controlada pela Petrobras
3	Companhia Vale	Participação direta do BNDESPar em 4,08% do capital e dos fundos de pensão Previ, Petros, Funesp e Funcef no bloco controlador
4	Ambev	—
5	Companhia Brasileira de Petróleo Ipiranga	Vendida em março de 2007 para Petrobras, Braskem e Grupo Ultra
6	Braskem S.A.	Participação direta do BNDESPar em 5,22% do capital
7	Companhia Siderúrgica Nacional	Participação direta do BNDES em 3,64% do capital
8	Gerdau Aços Longos S.A.	Participação direta do BNDESPar em 3,5% do capital
9	Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. – Usiminas	Previ tem 10,4% do capital; grupo Votorantim, 13%; e grupo Camargo Corrêa, 13%
10	Sadia S.A.	Previ tem 7,33% do capital e BNDESPar participou da fusão da empresa com a Perdigão em 2009
11	Centrais Elétricas Brasileiras S.A.	Participação direta do BNDESPar em 11,81% do capital e da União em 53,99% do capital
12	Tam - Linhas Aéreas S.A.	—
13	Embraer	Participação direta do BNDESPar em 5,05% do capital, da Previ em 14,1% e da União em 0,3% do capital
14	Cemig Distribuição S.A.	Estado de Minas Gerais tem 50,96% do capital
15	Perdigão Agroindustrial S.A.	Previ tem 14,16% do capital; Petros, 12,04%; Sistel, 3,98%; e BNDESPar participou da fusão da empresa a Sadia em 2009
16	Gerdau Açominas S.A.	Participação indireta do BNDESPar por meio da Gerdau Aços Longos
17	Bertin S.A.	Participação direta do BNDESPar em 26,92% do capital
18	Globo Comunicação e Participações S.A.	—
19	JBS S.A.	Participação direta do BNDESPar em 13% do capital
20	Aracruz Celulose S.A./ Votorantim Celulose e Papel S.A.	Participação direta do BNDESPar em 34,9% do capital da nova empresa (Fibria)

Fonte: “Desafios da real política industrial brasileira no século XXI”, Mansueto Almeida

1970, pois a crise fiscal que o País atravessou nos anos 1980 e 1990 foi causada por grandes *deficits* primários, porque foi feita uma série de dívidas que não apareceram na conta e, quando houve a subida brutal dos juros, decorrente do segundo choque do petróleo e do aumento dos juros do mercado americano, criou-se um descasamento das taxas e um problema fiscal gigantesco ao Brasil”, diz.

É preciso lembrar ainda que o financiamento subsidiado de alguns grandes

grupos empresariais parece estar sendo decidido de forma palaciana, sem, como diz Almeida, discussão mais ampla com a sociedade. Até porque nem sequer consta das estratégias da política em vigor, o que leva o economista a formular questões bastante pertinentes: “Como ficarão os setores que tiveram uma concentração muito alta? De que forma a internacionalização das empresas vai beneficiar as exportações do Brasil? Ou o emprego, a inovação?” ■

A CRISE ACABOU?

O governo Lula acha que sim. E os liberais, de Meirelles, e os desenvolvimentistas, de Mantega, brigam para saber quem salvou o Brasil. Mas o País está mesmo a salvo?

por *Lia Imanishi*



1234
1234

56789076

MONTH/YEAR

12/99

VALID
THRU

5432

ORDEM E PROGRESSO

EM 13 de novembro passado, o diário *Valor Econômico* publicou uma longa entrevista do então diretor de Política Monetária do Banco Central (BC), Mário Torós, com revelações sobre os bastidores do trabalho da equipe econômica do governo na grande crise financeira desencadeada com a quebra do banco americano Lehman Brothers em setembro de 2008. Basicamente, Torós disse que os liberais dessa equipe – com ele e Henrique Meirelles, presidente do BC, à frente – foram os responsáveis pelas decisões corretas de enfrentamento da crise, a despeito dos erros cometidos pelo lado desenvolvimentista da equipe econômica, comandado pelo ministro da Fazenda, Guido Mantega.

Sua turma, contou Torós, saiu de uma posição muito frágil no governo. Meirelles quase fora demitido pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva a poucos dias da eclosão da crise internacional. O BC, enxergando um risco inflacionário na grande elevação do preço das *commodities* e na expansão da economia na ocasião, subira a Selic, a taxa básica de juros. Descontente, o presidente já teria convidado o economista Luiz Gonzaga Belluzzo, ícone dos desenvolvimentistas, para substituir Meirelles.

A eclosão da crise fez Lula manter Meirelles, o que teria sido a salvação do País. Um dos piores momentos para a atuação do BC, disse Torós, foi provocado por Mantega, quando, em entrevista no dia 6 de outubro de 2008, revelou que o presidente Lula proibira o BC de gastar reservas internacionais para cobrir perdas provocadas pela crise. Segundo ele, essa informação teria levado a uma fuga

Os grupos teriam chegado a um acordo: os liberais devem deixar o BC até março

de capitais e a um aumento abrupto da cotação do dólar. Mas Meirelles foi à luta. Pediu ao presidente – e conseguiu – permissão para queimar parte das reservas. O BC teria “jogado dinheiro de helicóptero” sobre a economia brasileira para combater a crise de falta de crédito, disse Torós, referindo-se à famosa metáfora

com que o grande liberal e monetarista americano Milton Friedman resumia o que deveria ter sido feito para impedir a depressão econômica americana na grande crise de 1929.

O ministro Mantega sentiu o golpe. Em nota oficial, poucos dias após a publicação da entrevista de Torós, disse que a afirmação dele sobre a questão das reservas era “mentirosa”. Torós foi demitido. Meirelles colocou em seu lugar Aldo Mendes, um ex-vice-presidente do Banco do Brasil (BB) que não é aliado de Mantega: Mendes teria deixado o cargo após pressão do ministro, que também afastou o presidente do banco, para forçar o BB a baixar os juros de seus empréstimos.

Aparentemente, a luta entre liberais e desenvolvimentistas na equipe econômica do governo continua. Teria sido feito um acordo temporário mediante o qual os quatro liberais do BC, que imaginavam sair do banco numa operação escalonada – primeiro Torós, depois o diretor de Política Econômica, Mario Mesquita, depois o de Liquidações, Matos do Vale, e, finalmente, o próprio Meirelles –, esperarão até março, data em que Meirelles, filiado ao PMDB de Goiás, decidirá se deixa o cargo para disputar as eleições. ▶

Mantega e Meirelles: o desenvolvimentista chamou de “mentirosa” versão de aliado do liberal sobre a atuação do governo na crise



No chamado mercado, prevalece a tese de que os desenvolvimentistas de Mantega, que podem também dominar o BC se o bloco de Meirelles sair de fato, estão promovendo uma elevação perigosa dos gastos públicos e, ao mesmo tempo, reduzindo o superávit primário, o saldo entre receitas e despesas orçamentárias para pagar os juros da dívida interna. Isso se refletirá na exigência de juros mais altos para a rolagem da dívida pública, os liberais dizem.

Os liberais são a voz do mercado. Como avalia que os juros subirão em breve – em não mais que seis meses –, o mercado toma posições nos leilões de títulos do Tesouro feitos pelo BC de acordo com essa previsão. Em fins de novembro passado, por exemplo, exigia, para comprar títulos federais que teria de carregar por um prazo médio – as Notas do Tesouro Nacional com vencimento em 2017, por exemplo –, juros de 13,19% ao ano.

É uma situação curiosa. Na mesma época, a Selic estava em 8,75%, altíssima para os padrões internacionais. Mas ela é uma espécie de juro mínimo para os grandes aplicadores. O BC paga essa taxa pelo dinheiro que sobra na caixa dos bancos no dia a dia. Acha que essa é a forma de garantir o cumprimento da meta inflacionária, de 4,5% ao ano. O País está sendo inundado por uma enorme entrada de dólares, que se transformam em reais ao entrar. O BC

considera sua missão retirar esses reais da praça. Assim, impede que os bancos os emprestem a juros mais baixos, o consumo se acelere além da capacidade produtiva instalada e a inflação dispare. O Tesouro, que paga a conta criada pelo BC nessas compras diárias dos saldos de caixa dos bancos – operação considerada por muitos como uma espécie de renda mínima, de bolsa-família para o grande capital –, não quer que a Selic suba mais. No seu plano para a chamada rolagem da

O crescimento do crédito ao consumidor pode levar a novas bolhas financeiras

dívida interna, no momento, não consta emitir títulos de prazo mais curto e juros mais altos. O BC, então, como se diz, enxuga a liquidez, captura diariamente o dinheiro do mercado, com “operações compromissadas”, negócios que faz com títulos públicos que tem em carteira e vende com compromissos de recomprar, a curto ou curtíssimo prazo.

Segundo a comentarista Cláudia Sáfale, do *Valor Econômico*, o montante em títulos de operações compromissadas do BC ficou perto de meio trilhão de reais em média, por dia, em outubro passado. Não parece que isso seja uma situação normal. Qualquer “zé-mané” do mercado sabe que grande parte do capital que vem para cá e inunda os caixas dos grandes no fim do dia é atraída pelos juros altos. Basta deixar o juro cair que esse dinheiro não vem. Por que o BC não faz isso? Tem medo de quê? Será que o Brasil saiu mesmo da crise?

Retrato do Brasil fez essa pergunta a três economistas, Flávio Tonelli, de Brasília, Francisco Pires de Souza, do Rio de Janeiro, e Leda Paulani, de São Paulo. Eles não se alinham nem com o grupo de Meirelles nem com o de Mantega e, portanto, não aparecem muito na mídia tradicional.

CORRENDO ATRÁS DO PRÓPRIO RABO

Leda Paulani, professora titular da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (FEA-USP), não acha que a crise tenha sido completamente superada. “Estão sendo recompostos todos os sistemas, todos os mecanismos que levaram à crise.” Ela fala da situação das economias de Brasil e EUA. “Nos dois países se diz que a crise acabou e o crescimento foi retomado. O crescimento americano baseou-se no consumo das famílias, encorajado por programas governamentais que incentivaram, por exemplo, a compra de automóveis. No caso do Brasil, também se fez isso: o crescimento está sendo sustentado pelo consumo das famílias, que contam com maior oferta de crédito e incentivos fiscais a setores importantes do ponto de vista de seus encadeamentos e seu efeito multiplicador, como o automobilístico e o de eletrodomésticos, além da construção civil.”

O problema, diz ela, é que, “do ponto de vista da própria lógica capitalista, crescimento bom, que aponta para boas perspectivas no futuro, bem como para sua própria sustentabilidade ao longo do tempo, é crescimento apoiado no investimento, não no consumo. O crescimento do consumo deveria ser a consequência natural do crescimento da renda, provocado pelo crescimento do investimento. Crescimento sustentado pelo consumo é como cachorro que anda atrás do rabo:

Leda: a lógica capitalista diz que o crescimento bom se apoia no investimento



Pedro Ivo Sartori

as famílias precisam consumir para gerar renda, mas dependem da renda para consumir. O crescimento do crédito ao consumo, bem como sua maior facilidade, tenta romper esse círculo, conferindo uma certa autonomia ao consumo. Mas o preço a se pagar por essa autonomia de curto prazo é a perda de autonomia no médio e no longo prazos. Mais à frente, as famílias têm de inverter o curso e poupar, deixar de consumir, para pagar os empréstimos. Isso só não acontecerá se já estiver em marcha um mecanismo do tipo bicicleta, em que os empréstimos não são pagos, mas 'rolados' pela obtenção de novos empréstimos. Ora, onde vai dar isso a própria crise americana recente mostrou. Vai dar em novas bolhas financeiras”.

Para a economista, a crise em curso tem raiz estrutural. “Apesar do volume e do valor do capital financeiro que foi queimado, é a sua lógica que continua a comandar o processo inteiro de acumulação de capital no plano mundial. Ora, isso faz que, amainados os duros impactos iniciais da crise, voltem a se montar as mesmas armadilhas que a detonaram.”

Leda lembra o que disse o diário americano *The New York Times*: a “cozinha das bruxas de Wall Street” voltou a funcionar a todo o vapor. “Novos pratos extravagantes estão vindo à mesa e num momento em que as taxas reais de juros nas principais economias estão negativas ou praticamente nulas, o que faz que os capitais corram em busca de países com juros mais altos, como o Brasil.” Segundo ela, “isso coloca ainda mais combustível no forno onde crescem os bolos de ativos exóticos. Vai se configurando, assim, a mesma situação que detonou a crise das empresas pontocom em 2000/2001 e, sete anos depois, a crise dos empréstimos imobiliários subprime”.

As palavras da economista da USP podem ser reforçadas com os números da concentração de capitais que a crise está promovendo nos EUA. Em 1990, as dez maiores instituições financeiras tinham apenas 10% dos ativos financeiros totais. Hoje, têm 50%. Em 1985, existiam 18 mil bancos; no final de 2007, eram menos de 8,5 mil. De lá para cá, o número caiu ainda mais. Dos 15 maiores bancos americanos existentes em 1991, que tinham, juntos, 1,5 trilhão de dólares de ativos, sobraram cinco no final de 2008, com ativos combinados de 8,9 trilhões de dólares, diz a revista americana *Monthly Review*.



Luiz Antonio/ag.LAR

Tonelli: o peso da cesta básica diminuiu no salário mínimo e sobrou dinheiro para o consumo

FALTOU LIBERALISMO - ISSO NOS SALVOU

Flávio Tonelli é assessor técnico da Câmara dos Deputados e um dos maiores especialistas em contas públicas do País. Ele destaca aspectos positivos do esforço para conter a crise no Brasil. Avalia, no entanto, que a política anticíclica do governo Lula foi vitoriosa não pelos méritos de seus fundamentos liberais, mas porque as propostas liberais não

A Petrobras não foi privatizada e por isso pode dar grande impulso ao investimento

foram completamente implementadas no País. “Todos os instrumentos que puderam ser usados no combate à crise resultaram da luta da sociedade contra o neoliberalismo, que permitiu que restasse alguma capacidade de intervenção do Estado”, diz.

“O fato de o Brasil ter agido na crise de maneira anticíclica resultou de uma grande resistência àquele receituário”, avalia Tonelli. “Em todas as outras crises, era o contrário: era a época em que os salários eram arrochados, os impostos e

os juros, elevados. Nesta crise, o paradigma foi outro.”

Tonelli destaca o esforço governamental de valorização do mercado interno, fundamental para realocar a produção nacional quando as exportações sofreram com a crise e com a desvalorização do dólar frente ao real. Para isso, diz ele, foram importantes os programas sociais, o aumento do trabalho formal e a melhoria do salário mínimo. “No começo do governo Lula, a cesta básica representava 78% do salário mínimo, sobrava pouca coisa. Hoje, a cesta básica representa 50% do salário mínimo, há uma sobra maior, que é direcionada ao consumo. Isso tem um efeito multiplicador na economia”, diz.

Ele dá outro exemplo do papel positivo da insuficiência das reformas liberais no Brasil. “Todos os fundos de pensão da Islândia quebraram. No Brasil, nenhum quebrou. Porque, aqui, ao contrário de em outros países capitalistas, eles não podem aplicar no exterior. Se tivéssemos liberalizado essas aplicações, quanto da Petros, da Previ poderia estar aplicado no fundo do Madoff?”, diz o assessor parlamentar, referindo-se aos fundos de pensão dos funcionários da Petrobras, do Banco do Brasil e às aplicações no fundo do americano hoje preso por ter fraudado seus investidores.

“Se tivemos a Petrobras para dar um grande impulso ao investimento é porque ela não foi privatizada”, diz ►

Tonelli. “Se tivesse sido, agiria como a Vale, que demitiu e cortou investimento. Se tivemos banco público para emprestar quando os bancos privados se recolheram, é porque não privatizamos.” Os números confirmam sua avaliação. Tome-se o índice 100 para o volume de créditos concedidos em setembro de 2008, no início da crise, e veja-se o crédito um ano depois. Os bancos públicos atingiam 140, os privados nacionais, apenas 108, e os estrangeiros, menos ainda, 103,5. “Se tivéssemos, além da Petrobras, um sistema de telecomunicações nacionalizado, um sistema estatal de empresas de siderurgia, teríamos tido um outro padrão de investimentos, muito maior”, diz Tonelli.

Ele destaca também o grande papel do investimento público. “Em 2003, o setor público federal, fora as estatais, investiu 6 bilhões de reais. Em 2008, foram 28 bilhões de reais. Em 2009, até setembro, já tinham sido 23 bilhões de reais.” Isso quer dizer que estamos no melhor dos mundos e o crescimento econômico pós-crise será sustentado? “Isso é outra coisa”, diz Tonelli. “Uma coisa é a saída imediata da crise. A construção futura é projeto, é outro departamento. Não dá para construir um futuro com o real supervalorizado e com uma taxa de juros incomensuravelmente alta. São elementos que não favorecem um projeto nacional de desenvolvimento. O Banco Central só reduziu em 36% a taxa Selic durante a crise. Suécia, Chile, EUA, Canadá e outros tantos países reduziram seus juros em mais de 90%. Das 50 economias mundiais que têm taxa básica de juros, o Brasil foi o 40º país em redução. Com uma taxa mais baixa, nós poderíamos ter saído da crise já em outra direção.”

DEVAGAR - AQUI NÃO É A CHINA

Francisco Pires de Souza, economista, professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), atende RB no 19º andar da sede do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), no Rio de Janeiro. Ele é assessor da diretoria de Planejamento do banco. “O Brasil é a bola da vez, desta vez no sentido positivo”, diz Pires de Souza. “O País tem um potencial muito bom. E há os investimentos em infraestrutura que vêm aí, com o PAC [Programa de Aceleração do Crescimento], com a copa



Marco Fernandes - CoordCOM/UFRJ

Pires de Souza: investimento direto não é igual a mais capacidade produtiva

de futebol, com as Olimpíadas. Mas a euforia é excessiva.”

Ele acha que os problemas criados pela enxurrada de capitais estrangeiros no País podem ser ainda maiores daqui para frente. O capital ainda está chegando, em grande parte, por causa dos juros altos, diz. “Os juros no País já caíram muito. A Selic já esteve em 45% ao ano, agora está em 8,75%. Mas a diferença é ainda enorme em relação à taxa de juros americana, por exemplo, que está entre 0% e 0,25%.” E a valorização do real

muito boa, se comparada com a de outros países da América Latina, porque é diversificada. Se cai o preço do minério de ferro, por exemplo, é só um entre muitos outros produtos da pauta, não afeta tanto o País. No passado, quando éramos, por exemplo, só exportadores de café, caía o preço do café e era uma crise nacional. Mas isso está começando a mudar numa direção preocupante. A participação dos bens manufaturados na exportação está caindo, e a dos básicos, aumentando”.

Paralelamente a isso, diz ele, o saldo de nossa balança comercial está encolhendo. “E a conta de transações correntes, que inclui a balança comercial mais a de serviços e rendas, que estava positiva nos últimos cinco anos, tornou-se negativa e está piorando de modo preocupante.”

A apreensão do assessor da direção do BNDES é amplamente justificada. O Brasil, tradicionalmente, tem deficits na conta de serviços e rendas. Paga mais do que recebe com juros, lucros, dividendos, royalties, licenças, aluguéis de equipamentos, seguros, transporte, turismo, serviços de informações e culturais. É o preço que paga por ser dependente de serviços e capitais de países de economias mais sofisticadas, com maior desenvolvimento tecnológico.

A partir de 2004, especialmente, com a elevação nos volumes e preços das commodities exportadas, o saldo da balança comercial cresceu muito e passou a cobrir o buraco da conta de serviços e rendas, tornando positivas as transações correntes. Em 2007, explica Pires de Souza, o saldo das transações corren-

A participação dos bens manufaturados na exportação está caindo

“vai tirando a competitividade de nossas exportações e da nossa indústria em geral em relação aos competidores externos. As mercadorias de fora estão chegando ao nosso mercado interno cada vez mais baratas e afastando os fabricantes locais”, diz.

As tendências ruins em curso, avalia Pires de Souza, podem reverter vantagens importantes da economia brasileira. “Nossa pauta de exportações”, diz, “é

tes praticamente zerou. Em 2008, foi negativo no equivalente a 1,8% do PIB. Estima-se que o déficit do ano passado seja ainda maior, de 2% do PIB, e que, neste ano, o resultado seja pior.

“Você tem de financiar esse déficit de alguma maneira. Quando você faz isso com investimento direto estrangeiro, em fábricas, é melhor, é um capital mais estável, o investidor não consegue vender a fábrica de uma hora para outra e sair”, diz Pires de Souza. “Mas o investimento que mais entrou em 2009 foi em ações na bolsa, que é o mais volátil de todos.”

“O ideal é que a gente consiga crescer com recursos próprios do País, com uma indústria forte, diversificada”, diz. “O investimento estrangeiro direto não significa necessariamente a construção de novas fábricas, ampliação da capacidade produtiva, novos postos de trabalho. Muito desse investimento está direcionado para a compra de ativos já consolidados.”

Isso aumenta o desequilíbrio nas contas externas do País. “A conta das remessas de lucros e dividendos está crescendo muito, junto com o estoque de investimento direto estrangeiro”, explica. “Há alguns anos, a maior parcela da renda remetida ao exterior era de juros da dívida e havia uma parcela bem menor, de lucros e dividendos. Hoje, de longe, a maior parte são lucros e dividendos.”

Pires de Souza lembra que o País também gera receitas desse tipo. “Em-

presas brasileiras se ‘multinacionalizam’, como a Vale, a Gerdau, a Odebrecht. Mas as remessas com lucros e dividendos são bem maiores do que as receitas. E, se houver cada vez mais remessas, seja de lucros, dividendos, juros, o déficit em conta-corrente vai crescer. E o financiamento desse déficit tende a ser feito cada vez mais com dívida, um processo que pode virar uma bola de neve, como ocorreu no passado.”

Os chineses têm um plano que todos sabem qual é. Aqui, aonde vamos?

A complicação, diz Pires de Souza, é imaginar que se pode cobrir esses déficits com exportações baseadas em *commodities*, em recursos naturais. “Isso é muito complicado para um país com a dimensão do Brasil, com quase 200 milhões de habitantes. Se fosse só o Rio de Janeiro, por exemplo, seria tranquilo. Você pode viver só do petróleo e de alguns serviços ligados a ele, como a Noruega faz. Com o Brasil é outra coisa: temos uma estrutura produtiva muito mais diversificada.”

“É preciso mudar a política cambial”, conclui o economista do BNDES. “Não se pode deixar que o mercado dite o câmbio. Se o dólar cair para 1,50 real, 1,40, 1,30, a indústria brasileira sobrevive? Só vão sobreviver o agronegócio, a mineração, o petróleo? Você tem de tomar providências para que isso não ocorra.”

Ele explica o problema de outra forma. “Outro dia, falando sobre isso, alguém comentou: ‘Mas o câmbio em baixa é bom para o consumidor, porque os produtos importados ficam baratos, fica mais barato viajar para o exterior’. Só que o consumidor é também produtor, trabalhador. Se ele perde o emprego, o que adianta os produtos estarem baratos? Não existe câmbio bom para o consumidor e ruim para o trabalhador. O consumidor é o trabalhador. É a mesma pessoa.”

Pires de Souza diz que está havendo uma mudança em grande escala na divisão internacional do trabalho, resultante da ascensão das economias asiáticas, da China em particular. “Eles estão produzindo cada vez mais bens industrializados baratos, comprando a preços atualmente altos as *commodities*. Isso acaba gerando em muitos países a seguinte ideia: ‘bom, vou importar tudo da Ásia, mais barato, e vou produzir e exportar *commodities* para eles’. Mas temos um passado muito negativo como exportadores de *commodities*. Num futuro nem tão distante, isso acaba mal. Este é o momento de evitar que isso aconteça, de integrar a economia brasileira à global de forma um pouco mais diversificada. Neste momento, é importante que o Brasil se posicione melhor. Nosso comércio com a China, nosso maior parceiro, por exemplo, é muito ruim. Exportamos soja e minério de ferro basicamente.”

Pires de Souza esteve na China no ano passado. Ficou impressionado com a determinação do planejamento chinês. “Os chineses fizeram um plano quinquenal em 2005 e, com quem quer que você converse, do governo, do setor privado, da academia, todo mundo sabe qual é o plano, qual é a direção. Aqui, alguém sabe aonde está indo a economia? É uma coisa muito vaga. A resposta chinesa à crise teve uma eficácia muito grande.”

Mas o Brasil não foi o último a entrar na crise e um dos primeiros a sair? “Eles [chineses] foram os primeiros a sair, para falar a verdade. E devem crescer uns 8% em 2009, enquanto nós vamos crescer 1%.” ■

Fábrica na China: liderança na ascensão asiática; produção industrial cada vez maior



Reuters

Educação

OS SEM-ESCOLA

Agora, no papel, o ensino obrigatório dura 14 anos.

Na prática, o cumprimento da lei vai demorar a acontecer.

Algumas histórias paulistanas mostram por quê

por *Marina Amaral* Fotos *Carla Bispo*



NÃO SERÁ fácil cumprir a legislação aprovada pelo Senado em outubro passado que obriga o Estado a oferecer ensino gratuito para todas as crianças e adolescentes de 4 a 17 anos. De acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílio (Pnad) de 2008, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 3,8 milhões de brasileiros dessa faixa etária estavam fora da escola, entre eles 762 mil na faixa dos 6 aos 14 anos – desde 1988, a Constituição prevê o ensino obrigatório dos 7 aos 14 anos, ampliado para os 6 anos de idade em 2007.

A Pnad revelou que 488 mil crianças de 10 a 14 anos são analfabetas, quando deveriam estar na segunda etapa do ensino fundamental. Embora isso represente uma pequena redução em relação a 2007, quando 552 mil crianças nessa faixa etária não sabiam ler nem escrever, surpreendeu o fato de a região Sudeste ter sido a única do País a apresentar aumento nesse índice, puxado principalmente pelo estado de São Paulo: entre 2007 e 2008, o percentual de analfabetos que habitam o estado passou de 0,8% para 1,5%, na faixa dos 10 aos 14 anos, e de 4 para 5,9%, entre as crianças de 8 e 9 anos de idade. Em números absolutos, isso significa 51 mil analfabetos de 10 a 14 anos e 79 mil de 8 e 9 anos, além de 107 mil crianças de 6 a 14 anos fora da escola, apesar da obrigatoriedade legal, no estado mais rico do País.

A MISSÃO DO CONSELHO

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) determina que Estado, sociedade e família compartilham a responsabilidade pela garantia do direito à educação das crianças e adolescentes. O Estado tem de oferecer os meios – vagas suficientes em todos os níveis de ensino, ambiente escolar favorável ao desenvolvimento dos alunos, além de condições para que a criança frequente as aulas, incluindo o transporte quando imprescindível. Quando não cumpre essa obrigação, o Conselho Tutelar, formado por membros eleitos pela comunidade, notifica o Ministério Público para que o direito violado seja restabelecido pelo Estado. A família, por sua vez, é responsável pela frequência escolar. Se a criança começa a faltar seguidamente, a escola deve chamar os pais ou responsáveis à escola e, se o aluno não voltar à sala de aula, comunicar o caso ao Conselho Tutelar, que vai investigar o motivo da evasão e tomar as providências necessárias para reintegrar a criança.

“Quando realizamos uma visita domiciliar referente à evasão escolar, quase sempre

nos deparamos com outros direitos violados, crianças em situação de miséria, negligenciadas pelos responsáveis, por alcoolismo ou drogadição, vítimas de conflitos familiares”, diz Alex Ferreira de Carvalho, um dos cinco conselheiros tutelares do Jardim São Luís, na zona sul de São Paulo. “Além desses problemas, como na grande maioria dos lares da periferia, a mãe é a única responsável pela família e trabalha fora; muitas vezes as crianças e adolescentes ficam por sua própria conta, com todos os riscos que isso representa”. No Jardim São Luís vivem 85 mil crianças e adolescentes de 0 a 18 anos – 40% deles em situação de alta vulnerabilidade social.

De janeiro de 2008 a junho do ano passado, o Conselho Tutelar do bairro atendeu a 2,4 mil casos de violações de direitos. Mais da metade deles – 1,5 mil casos – estava relacionada à falta de vagas em creches e

possa ajudar a resolver o problema.” O conselheiro tutelar diz que a atuação das escolas é, no geral, burocrática. “Muitos diretores não compreendem que a escola tem um papel importante na rede de proteção aos direitos da criança e desconhecem o papel do Conselho Tutelar. Uma coordenadora pedagógica entrou aqui e disse: ‘Estou muito decepcionada com esse conselho’. Perguntamos por que e ela respondeu: ‘Ah, pensei que vocês tivessem umas celas aqui para pôr os meninos...’”

EM BUSCA DE AJUDA

Do lado da comunidade, porém, a compreensão avança, comemora Carvalho. “Antes havia aquela ideia de que uma mãe chamada pelo conselho está ameaçada de perder a guarda do filho, o que é atribuição exclusiva da Justiça. Hoje, elas nos procuram em busca



Daniel (à dir. na imagem da pág. ao lado, com Dalva e os irmãos) e Maicon (acima, ao lado da mãe, Aparecida, e irmãos): suas escolas os colocaram para fora

escolas de educação infantil, além de 261 casos de falta ou oferta irregular de vagas no ensino fundamental.

O levantamento não inclui os dados de evasão escolar, porque na maioria dos casos não há como seguir adiante por falta de informações necessárias até para localizar a família. “Os coordenadores pedagógicos nos procuram quando há sinais de violência doméstica ou quando surgem conflitos no ambiente escolar; alunos que brigam muito, por exemplo – isso quando não acionam direto a delegacia”, conta Carvalho. “Em caso de evasão, quase sempre eles enviam apenas uma lista com o nome de 80 ou cem alunos que estão faltando há semanas, meses, sem endereço ou qualquer explicação que

de ajuda para tratar uma criança sem acesso aos recursos necessários, ou para obter uma vaga na creche, o que indiretamente envolve a evasão, pois são muitas as mães adolescentes que gostariam de continuar estudando e os casos em que os irmãos mais velhos deixam de ir à escola para cuidar dos menores. E é esse o papel do Conselho Tutelar: requisitar os serviços públicos necessários para que a criança e o adolescente tenham seus direitos constitucionais respeitados”, explica.

A pequena estrutura do Conselho Tutelar, aliada à carência de equipamentos públicos adequados à demanda da comunidade, está entre as dificuldades que os conselheiros enfrentam para cumprir ►



Carvalho e a mulher, conselheiros tutelares: professores e diretores não conhecem bem seus alunos

sua missão. No caso das crianças fora da escola, Carvalho acrescenta outro fator. “Há um desconhecimento muito grande de professores e diretores sobre quem são seus alunos, como vivem, as dificuldades que suas famílias enfrentam. Sei que para eles também é difícil, com classes superlotadas de alunos com todo tipo de carência, mas, se a escola fosse mais próxima da comunidade e se empenhasse mais em cuidar de cada um de seus alunos, a realidade seria muito diferente”, diz.

HELIÓPOLIS

Não muito longe dali, no bairro de Heliópolis, conhecido por abrigar a maior favela da capital paulista, a Escola Municipal de Ensino Fundamental Presidente Campos Salles mostra, na prática, o significado das palavras de Carvalho. Fortemente enraizada em uma comunidade bastante ativa na defesa de seus direitos — o diretor da escola, Braz Nogueira, é também membro da União das Associações dos Moradores de Heliópolis e Jardim Clímaco (Unas) —, a escola tem pouquíssimos casos de evasão escolar, com exceção do primeiro ano, porque alguns dos alunos novos não comparecem depois da matrícula. “Aí fica difícil, porque a gente nem chega a conhecer a criança”, explica a professora Eliana Marinho Perrela, a Lili, encarregada pela escola de visitar as famílias dos alunos que faltam mais de dois ou três dias sem prévia comunicação.

“Fazemos tudo que está ao nosso alcance para trazê-los de volta. O Conselho Tutelar já tem muita demanda e não conhece os alunos como nós. Se nada funcionar, aí, sim, comunicamos o Conselho, já com a situação diagnosticada”, completa Nogueira, que não

poupa críticas à instituição a que pertence. “De modo geral, a escola é fechada, isolada da comunidade e tem pouca autonomia. A diretoria regional decide quem são os professores, tira um que está afinado com o projeto da escola e substitui por outro que não tem nada a ver. Além disso, todo ano tenho de lidar com alunos que prefeririam estar em outra escola, mais perto de casa, e com outros que têm irmãos aqui, moram do lado, mas que foram mandados para outra escola pela diretoria regional”, explica Nogueira. Para ele, esse é um dos fatores responsáveis

“De modo geral, a escola é fechada, isolada da comunidade. E tem pouca autonomia”

pela evasão, já que dificulta a frequência às aulas e impede que os pais participem de modo mais intenso da vida escolar.

O conselheiro tutelar do Jardim São Luís concorda com o diretor da escola de Heliópolis. “Há problemas ainda mais graves no relacionamento entre a escola e a família, como a expulsão de alunos tidos como difíceis, o que é ilegal, mas ocorre na prática”, denuncia. “A diretora diz para a mãe que o aluno não pode mais ficar naquela escola e faz que ela assine um pedido de transferência, alegando que, do contrário, o filho ficará

sem estudar. Ela assina sem saber que está se responsabilizando por uma decisão que não é dela, e sim da escola”, explica.

Maicon e Daniel têm 13 anos de idade, pertencem a famílias de baixa renda, moram na favela do Jardim Souza, no distrito do Jardim São Luís, e estão fora da escola. Aparecida e Dalva, as mães, são faxineiras e tiveram de apelar para o Conselho Tutelar para que seus filhos voltem a estudar. Maicon sofre de deficiência auditiva em um dos ouvidos, toma remédios controlados para hiperatividade, tem baixo rendimento escolar e problemas de comportamento. Daniel era um bom aluno da sexta série até abril do ano passado, quando foi separado da mãe e dos irmãos por conflitos familiares e ficou dois meses sem ir à escola.

FORA DA ESCOLA

“Eu tive de mudar porque me separei, mas, como não consegui vaga para o Daniel lá no bairro da minha mãe, o deixei aqui com minha cunhada, para continuar estudando. Quando consegui voltar para cá, fiquei sabendo que ele estava havia dois meses sem ir à escola porque a tia o obrigava a ficar cuidando dos filhos dela”, conta Dalva, timidamente. “Aí fui à escola e a diretora me disse que agora ele já tinha perdido o ano e não valia a pena voltar, que era melhor ele ficar em casa até o ano que vem”, explica.

Dalva não sabia que a escola tinha a obrigação de aceitar Daniel de volta e que deveria ter procurado a família quando ele começou a se ausentar das aulas. “Agora faltam dois meses para acabar o ano letivo, ele já está conformado, fica para o ano que vem”, diz.

O caso de Maicon é mais complicado. Ele está matriculado no sexto ano, mas, vira e mexe, é afastado da escola durante 15 dias, um mês por causa de seu comportamento. “Ele se recusa a aprender, finge que está dormindo, não faz as lições, a professora não aguenta. Daí a escola me chama, a diretora diz que é melhor ele ficar em casa porque está doente”, conta Aparecida, que procurou o Conselho Tutelar porque não conseguia atendimento de saúde para o filho.

Carvalho conta que só conseguiu marcar os exames que Maicon precisa fazer — neurológicos, fonoaudiológicos, psicológicos — depois da notificação do Ministério Público. “Faltam profissionais e equipamentos, temos de ficar em cima para conseguir que ele seja examinado. É complicado, demorado, a escola não tem o direito de excluí-lo por esse motivo; afinal, a escola brasileira é inclusiva, não é?” ■

UM TABU EM QUESTÃO

São Paulo, a maior metrópole do País, aprovou, por iniciativa de forças conservadoras, o IPTU progressivo, que limita o direito à propriedade

por Antonio Martins e Gabriel Vituri

UM TABU secular, defendido com garras e dentes pelos partidários do direito absoluto à propriedade, foi ferido no Brasil no fim do ano passado. No início de novembro, a Câmara dos Vereadores de São Paulo aprovou, em primeira votação, projeto de lei que institui uma modalidade de IPTU (Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana) progressivo voltada contra a especulação imobiliária. Em toda a área central da cidade e em cerca de 200 Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS), a prefeitura exigirá dos donos de imóveis ociosos edificação, loteamento (no caso de terrenos) ou ocupação (para prédios em que pelo menos 80% da área esteja vaga). Caso as primeiras providências não sejam tomadas até 12 meses após a notificação, a alíquota do IPTU dobrará a cada ano, até atingir 15% do valor do imóvel. Em seguida, o poder público poderá efetuar a desapropriação.

As circunstâncias em que o precedente foi criado surpreendem. Já em 1988, a Constituição – que introduziu no País o conceito de “função social” da propriedade – autorizava (artigo 182) os municípios

a “exigir” dos donos de imóveis que lhes dessem uso adequado. A resistência foi feroz. Cidades como Porto Alegre, que tentaram tirar proveito da brecha aberta pela Carta, foram forçadas pelo Supremo Tribunal Federal (STF) a recuar. O Judiciário ignorou a clareza solar do artigo 182 e alegou que faltava lei federal regulamentadora.

Treze anos depois, o Estatuto das Cidades (lei 10.257/2001) resolveu esse problema, chegando a definir em detalhes os procedimentos para aplicação do imposto. Nem assim cessaram as contestações, judiciais (em 2006, eram 2,1 mil processos só no STF) e ideológicas (argumenta-se que o IPTU progressivo seria “confiscatório”). Até dezembro, nenhuma capital – e muito provavelmente nenhum município brasileiro – aplicava o tributo. Em São Paulo, desta vez, tudo correu diferente.

O projeto foi apresentado no fim de junho passado pelo vereador José Police Neto (PSDB), líder na Câmara do prefeito Gilberto Kassab (DEM). Recebeu apoio do sindicato das construtoras – o Secovi (Sindicato das Empresas de Compra,

Venda, Locação e Administração de Imóveis), um opositor histórico dos limites ao direito de propriedade. Foi votado no início de novembro. Dos 55 membros do Legislativo, 46 estavam presentes e todos pronunciaram-se a favor.

PRAGMATISMO

O uso do IPTU progressivo para combater a existência de imóveis ociosos “não é uma questão de esquerda ou direita”, e sim “uma bandeira do cidadão paulistano”, afirmou Eduardo Della Manna, diretor legislativo do Secovi. Ele frisou que seu sindicato “não é constituído por especuladores, mas por empreendedores imobiliários”, cujo objetivo é “produzir edificações e colocá-las no mercado”.

Que estímulos teriam produzido esse súbito pragmatismo? Embora ressalve que ainda é cedo para uma avaliação precisa, a arquiteta e urbanista Ermínia Maricato formula uma hipótese provocadora. Para ela, pode ter-se iniciado uma mudança no perfil do público atendido pela indústria imobiliária e no padrão de acumulação de riquezas perseguido pelos empresários do setor. Essa eventual transição não conduzirá, é óbvio, à reforma urbana – um dos grandes projetos acalentados por Ermínia ao longo de décadas de atuação profissional e ativismo. Mas exigirá reexaminar conceitos, propostas e táticas.

A desigualdade, alienação e insustentabilidade que caracterizam nossas metrópoles, diz a urbanista, apoiam-se em dois pilares. O primeiro é o preconceito que divide o País entre casa-grande e senzala: “A maioria da população urbana está excluída da cidade formal, porque nossa elite não consegue conviver com ►



os pobres”, diz Ermínia. Segregados em locais distantes, os pobres não têm acesso aos melhores serviços de abastecimento de água, coleta de esgoto, fornecimento de energia, drenagem, transporte coletivo e aos equipamentos de educação, saúde, abastecimento.

Há, porém, um segundo pilar, mais material e, portanto, suscetível a políticas públicas. Como todo empreendimento capitalista, a construção de imóveis depende do lucro. Até há alguns anos, a obtenção de ganhos se concentrava nos negócios feitos com a elite. “O mercado brasileiro é, historicamente, restrito a 20% ou 30% da população”, diz Ermínia. Nesse universo limitado, a lógica patrimonialista e especulativa joga um papel essencial. O “direito” de possuir um imóvel sem usá-lo, esperando que valorize, é um incentivo permanente a novas aquisições.

MAIS FGTS

A partir de 2004, porém, esse circuito foi abalado pela emergência de algo novo. Decisões do governo federal alteraram rapidamente tanto o volume de investimentos na construção civil quanto o perfil dos novos imóveis produzidos. Ministra-adjunta das Cidades (no período de Olívio Dutra), Ermínia acompanhou as mudanças de perto: “O financiamento bancário à construção foi desbloqueado por três novas leis e uma resolução do Banco Central”.

O mais importante, porém, foi “uma longa batalha no Conselho Curador do FGTS [Fundo de Garantia do Tempo de Serviço], para que os recursos do fundo financiassem e subsidiassem as habitações para a faixa de consumidores que ganha

até cinco salários mínimos”. Duramente combatida pelo então ministro da Fazenda, Antonio Palocci – interessado em ampliar a qualquer custo o superávit primário das contas públicas –, a pressão do Ministério das Cidades foi vitoriosa, avalia Ermínia, graças à intervenção pessoal do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Entre 2003 e 2008, os investimentos em habitação de alguma forma ligados a políticas do governo federal mais que quadruplicaram, saltando de 7,92 bilhões para 35,62 bilhões. No mesmo período, inverteu-se a destinação dos recursos, segundo faixa de renda da população

A partir de 2003, os investimentos habitacionais voltados para os mais pobres cresceram

atendida. Embora 90% do déficit habitacional brasileiro se concentre na camada que ganha até três salários mínimos, eram direcionados em seu favor, até 2003, apenas 26% dos investimentos. Em 2007, esse percentual havia passado para 77% (caiu para 60% em 2008).

Embora ainda insuficiente, como faz questão de ressaltar Ermínia, esse avanço é – valha o bordão – algo “nunca antes visto no Brasil” e provavelmente ampliou-se após o programa Minha Casa

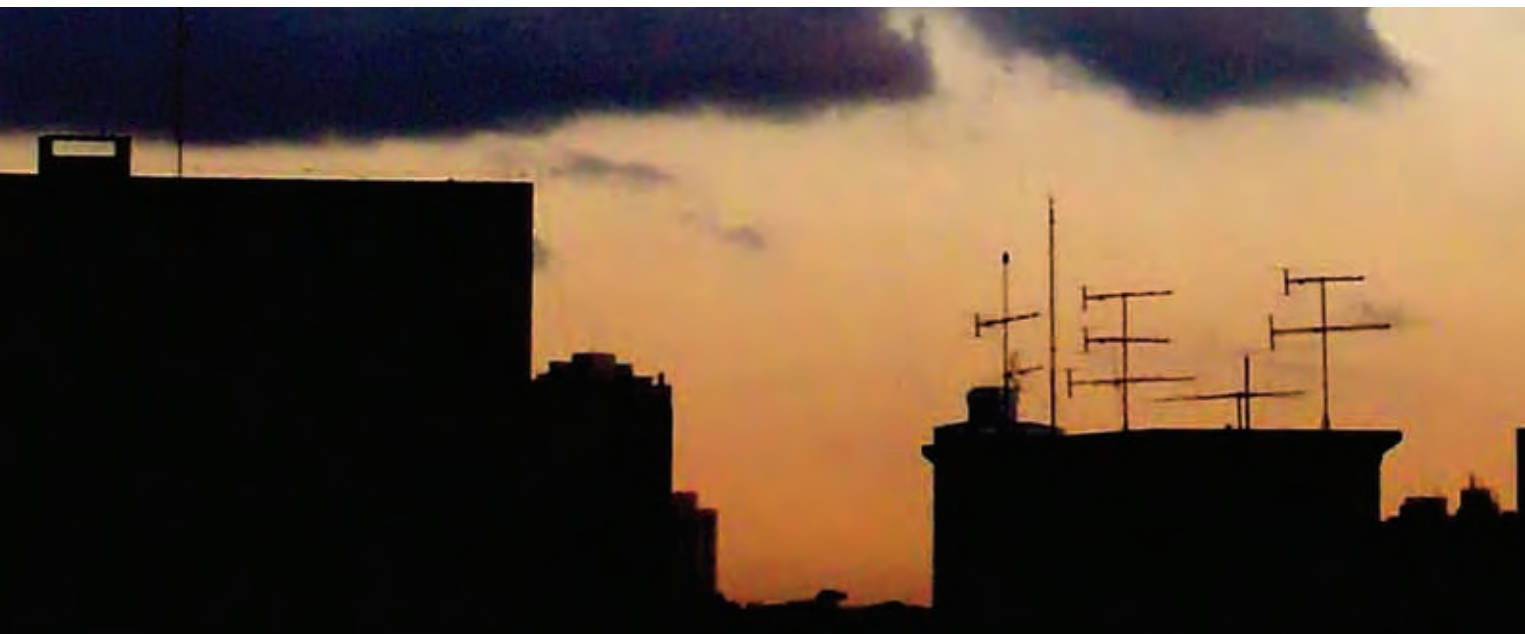
Minha Vida (MCMV), disparado no ano passado.

Por espessas que fossem suas viseiras ideológicas, a indústria da construção civil não poderia deixar de ouvir o tilintar do dinheiro. Nos últimos anos, quase todas as grandes empresas do setor voltaram-se para o mercado popular. Quem tem os pés plantados no atendimento à elite (Gafisa, Cyrella e outras construtoras) criou subsidiárias ou adquiriu empresas já existentes – talvez para ocultar da clientela o fim da exclusividade... Mas até mesmo mega-empreiteiras, como a Camargo Corrêa, optaram por botar um pé no MCMV.

A SOLUÇÃO

Eis que, então, apareceram nuvens no horizonte. Essa atividade febril, desenvolvida em cidades já esgotadas, pode precipitar uma espiral de preços dos imóveis ociosos. Especialistas no mercado estimam que os terrenos encareceram 30% nas metrópoles menos de um ano após o lançamento do MCMV. A adoção do IPTU progressivo é uma solução óbvia. O vereador Police Neto destaca, com base em estudos do cadastro de imóveis da cidade produzidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que há 130 mil terrenos vazios e 420 mil domicílios vagos em São Paulo. E as declarações dos dirigentes do Secovi indicam que, entre o preconceito e os lucros, os empresários fizeram a escolha previsível.

Sob tal hegemonia, a quebra do tabu não poderia ser completa. O arquiteto Nabil Bonduki, outro conhecido ativista em favor do direito às cidades, aponta algumas das limitações da nova norma



paulistana. Ela vem com quase seis anos de atraso. Uma lei complementar aprovada em 2004 dava ao Legislativo seis meses para adotar o IPTU progressivo, só agora em vias de virar realidade. As bancadas majoritárias a partir de 2005, ligadas aos prefeitos José Serra (PSDB) e Gilberto Kassab, ignoraram o prazo e derrotaram, em 2005, um projeto do vereador Paulo Teixeira (PT) que procurava cumprir esse prazo.

Na versão de Teixeira, eram suscetíveis de tributação punitiva todos os imóveis localizados no perímetro edificável de São Paulo (excluídas apenas as zonas de proteção a mananciais). Agora, estabelece-se que serão abrangidas “inicialmente” apenas as ZEIS. São também poupados terrenos escassamente ocupados – o maior exemplo, emblematicamente, são os que se destinam apenas a estacionamento de automóveis. Finalmente, avalia Bonduki, o impacto do IPTU será mitigado pela longuíssima protelação. Há 30 anos, quando despontou o movimento pela reforma urbana; ou há 20, quando a Constituição foi aprovada, havia em São Paulo mais vazios urbanos, que poderiam ser destinados à humanização da metrópole, mas foram abocanhados pela indústria imobiliária.

NOVO MARCO

Mesmo assim, e por pelo menos dois grandes motivos, a lei paulistana parece ser um marco. Ainda mais por pulsar numa cidade que é vitrine nacional, o precedente criado pode ressuscitar centenas de projetos semelhantes que tramitam (ou mofam) nas Câmaras de Vereadores do País.



Carla Bispo

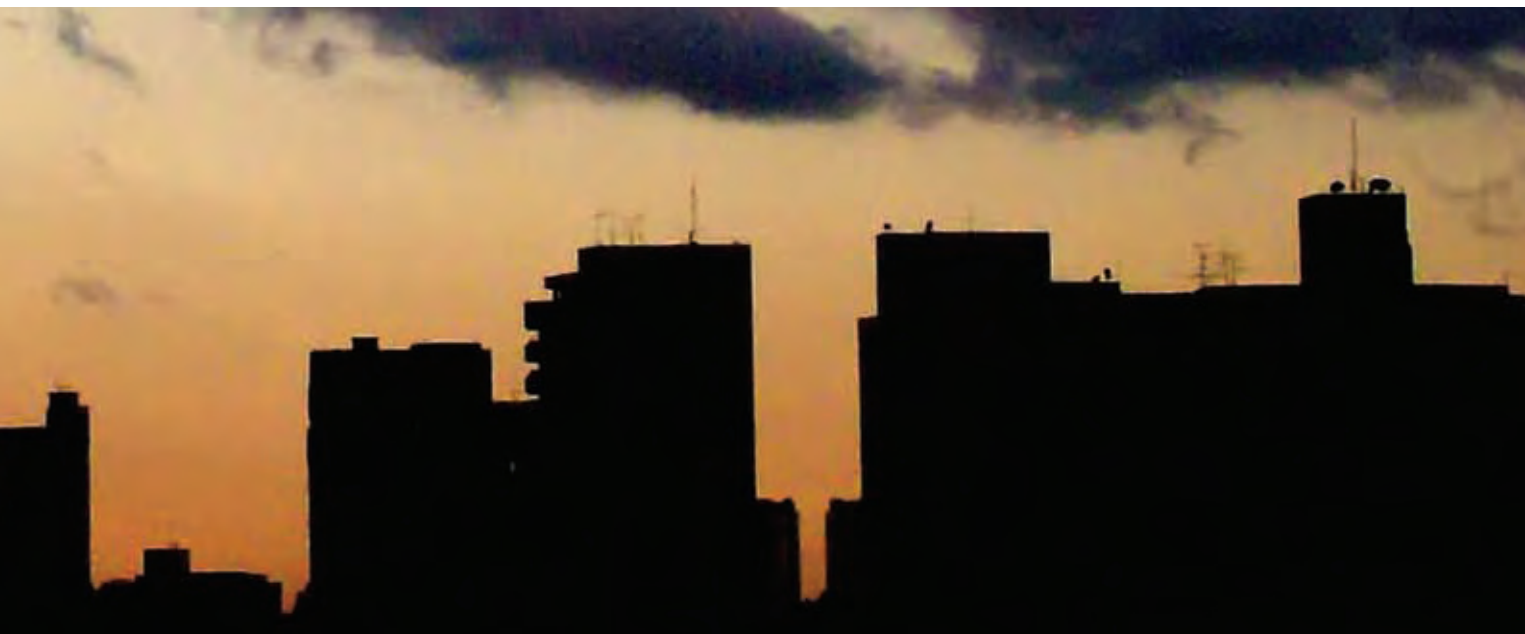
Ermínia: o espaço em nossas cidades divide-se entre casa grande e senzala

Ainda mais importante, a decisão paulistana revela a atualidade da luta pela reforma urbana e, ao mesmo tempo, a necessidade de levá-la a um novo patamar. Os investimentos maciços em habitação popular vieram, provavelmente, para ficar.

À medida que as barreiras históricas ao mercado imobiliário forem se rompendo e uma parcela maior dos brasileiros conquistar um teto habitável, a disputa em torno da questão urbana se sofisticará. Em vez de se concentrar na garantia de um direito tão primário, poderá evoluir para um debate de projetos. Estamos acomodados com as cidades em que vivemos? Ou é preciso assegurar, além da casa, a praça e o jardim, a mobilidade, a boa escola, o médico, o cinema, o auditó-

rio e a internet banda larga? Uma urbe de todos será possível sob uma lógica que só enxerga indivíduo, competição, consumo, transformação da natureza em “recurso” e, como síntese, o automóvel? Ou vale a pena experimentar a colaboração, o orçamento participativo, a ciclovía, o trem, uma nova relação entre periferia e centro, os imóveis geridos coletivamente?

Como lembra Ermínia, são disputas culturais, que implicam mudanças profundas de comportamento e que amadurecerão a longo prazo. Mas, quando a sociedade ocupar-se delas, estarão em xeque tanto o lado cruel da “alma brasileira” quanto a lógica que pretende reduzir a vida à compra e venda de mercadorias. ■





Veroneze: com a uva, o resultado de um ano inteiro de trabalho é decidido em apenas duas semanas



OS PEQUENOS E O AGRONEGÓCIO

Em São Paulo, em meio às complexas relações que mantêm com o mercado, diferentes tipos de produtores familiares tentam resistir aos grandes

por Tânia Caliari

“EU NASCI na uva”, diz o descendente de italianos, olhos azuis, da região de Jundiá. “Eu nasci da banana”, diz o negro quilombola do empobrecido Vale do Ribeira. “Quem está na terra tem que gostar, senão desiste”, diz o criador de frangos. “Tem que ter amor às plantinhas, que, zeladas, te dão tudo”, diz a produtora de hortaliças. “Ah, o preço já foi bem melhor. Hoje se planta uva em todo lugar”, diz o chacareiro que vê a cidade avançando sobre a área rural. “Temos produzido muito, mas os legumes não alcançam preço”, diz o pai que divide o trabalho, os ganhos e os prejuízos da produção com seus cinco filhos numa pequena propriedade que faz divisa com um crescente mar de cana-de-açúcar.

É curiosa a coincidência dos discursos desses pequenos agricultores ouvidos por *Retrato do Brasil* no estado de São Paulo ao longo de novembro passado. Curiosa porque, apesar da aparente afinação, há entre eles diferenças importantes em termos de renda, instrução, histórico de acesso à terra, uso de equipamentos e tecnologias, reflexo da enorme heterogeneidade das condições sob as quais se desenvolvem as atividades agropecuárias no Brasil.

TERMO IMPORTADO

Apesar dessas diferenças, todos se abrigam sob o amplo guarda-chuva conceitual da “agricultura familiar”. Esse termo, introduzido no Brasil nos anos 1990 para definir políticas públicas para os pequenos produtores, tem como referência as *family farmers* dos EUA, produtores familiares que, inseridos numa sociedade altamente capitalizada, produzem bem graças a subsídios e políticas especiais que fazem parte de uma estratégia maior de segurança alimentar adotada pelo país no pós-Segunda Guerra.

A importância desse conceito, segundo seus defensores, é que esse tipo de agricultura não se contrapõe à agricultura capitalista, de mercado, à qual os familiares deveriam buscar cada vez mais se integrar. A agricultura familiar se contrapõe apenas à agricultura patronal, gerida de forma empresarial, que explora a mão de obra assalariada. Essa contraposição não é política, já que os dois modelos seguem os rumos ditados pelo mercado. Serve apenas para a adoção de políticas diferenciadas de crédito e assistência técnica.

O pesquisador Alison Favareto, da Universidade Federal do ABC, é dos ►

do BRASIL

analizados com profundidade

MARCIO POCHMANN O economista e presidente do Ipea diz que é tempo de uma nova utopia



www.retrato

experimente
ler para
concluir:
a realidade dos
fatos está na
imprensa popular

d o b r a s i l . c o m



Todas as fotos: Tânia Calhori

Irmãos Pagotto: alta produtividade da uva mantém a tradição da marca mantida pela família

que acham que contrapor a agricultura familiar ao agronegócio é uma atitude política, que mais confunde do que ajuda (ver RB edição nº 29, dezembro de 2009). “É preciso conscientizar a sociedade de que a agricultura familiar também participa do agronegócio. Isso gera legitimidade, é importante na defesa de novas e melhores políticas públicas para o setor.”

Mas há quem acredite que a questão deve mesmo ser politizada. “O camponês não está excluído do mercado”, diz Eduardo Girardi, geógrafo da Universidade Federal do Mato Grosso. “Ao contrário, está e precisa continuar inserido nele. Mas não de forma subordinada, dependente, sem preservar sua diversidade cultural e territorial.”

Girardi acha que o caminho que leva o camponês à dependência absoluta do mercado pode acabar num beco sem saída. “Se o agricultor tiver que comprar tudo de que precisa – sementes, insumos e equipamentos –, inclusive sua própria comida, para produzir segundo as normas do agronegócio, e tiver que vender no mercado organizado por esse mesmo agronegócio, não vai ter alternativa se o preço chegar a um nível que não cubra suas despesas”, diz. “É preciso ver em que termos se dá e quão vantajosa é a integração ao mercado.”

Apesar de controverso, o conceito ganhou em 2006 uma definição oficial, nos termos da lei 11.326, segundo os quais seus estabelecimentos devem ter área limitada a quatro módulos fiscais; mão de obra predominantemente da família; a maior parte da renda origi-

nada de atividades agropecuárias; e um membro da família na direção da produção.

Foi baseado nessa definição que o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) encomendou ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) um recorte sobre a agricultura familiar a partir dos dados do Censo Agropecuário de 2006. O resultado indicou um grande peso desse segmento na movimentação do campo e na produção dos alimentos (ver RB edição nº 29).

CLASSE MÉDIA RURAL

O secretário nacional de Agricultura Familiar, Adoniran Sanches Peraci, do MDA, faz questão de não entrar na polêmica sobre o conceito, mas diz que o País tem um histórico de favorecimento às grandes propriedades e à monocultura exportadora. Faz parte dessa história a modernização conservadora realizada no campo a partir dos anos 1970, que beneficiou menos de 10% dos produtores, aqueles vinculados à pauta de exportação. “É importante compor uma classe média no campo, reter o agricultor, pois não se pode mais brincar com fluxo migratório no País”, diz o secretário.

Mas quem são os agricultores familiares e como se dividem em termos de renda e desenvolvimento social? Nem a lei 11.326/06, nem a publicação do IBGE apresentam uma estratificação detalhada a respeito. Segundo Peraci, esse trabalho será feito a partir de dados desagregados do Censo Agropecuário 2006 por pesquisadores da Fundação

Getúlio Vargas e da Universidade Federal Fluminense.

“No momento, sabemos que, dos 4,3 milhões de estabelecimentos familiares no Brasil, 2 milhões tiveram acesso ao Pronaf [Programa Nacional da Agricultura Familiar] nos últimos anos. Grande parte dos outros 2,3 milhões pode estar fora de condições de produção e, inclusive, não ter sequer conta em banco”, diz Peraci. “Sabemos que o VBP [valor bruto da produção] desse segmento é maior do que o da agricultura patronal em estados como Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Mas sabemos também que o Ceará, por exemplo, é um canteiro de minifúndios que não conseguem produzir direito.”

Os produtores familiares visitados por RB vivem em São Paulo, estado que é um dos terrenos mais férteis da agricultura empresarial do País. Ali, o impacto da agricultura familiar é proporcionalmente bem menor do que o que se vê no cenário nacional. Em termos numéricos, por exemplo, os familiares representam 66% do total de 227,5 mil estabelecimentos agropecuários paulistas, ante 85% no plano nacional.

A desproporção persiste quando se trata do VBP e do pessoal ocupado. Dos 25,5 bilhões de reais do valor bruto da produção da agropecuária paulista em 2006, 84% vieram da produção patronal e apenas 16% da agricultura familiar, enquanto no Brasil o VBP familiar representou 33% do total. Quanto à ocupação, em São Paulo a agricultura familiar é responsável por 36% dos 910,8 mil trabalhadores empregados na agropecuária, ante 78% em todo o País.

Segundo Girardi, “o estado de São Paulo constitui a transição entre a agricultura predominantemente camponesa e altamente produtiva do Sul e a agricultura intensamente capitalizada do Centro-Oeste”. Nesse ambiente é possível encontrar diferentes níveis de produção, desenvolvimento social e integração ao mercado.

A cerca de 60 quilômetros ao norte da capital paulista, dez municípios situados na região de Jundiá se destacam como produtores de frutas, em boa parte cultivadas em pequenas propriedades familiares. Em Louveira, cidade de 28 mil habitantes, não há uva mais premiada do que a produzida pela chácara Guarani. É com orgulho que Irvando Getúlio Pagotto abre a salinha de troféus colecionados

desde 1958, quando seu pai ganhou a primeira medalhinha pela qualidade de sua uva de mesa.

Irvando, o irmão José Valter e a irmã Célia dividem o trabalho e vivem confortavelmente, com carro do ano e piscina na propriedade. Eles cultivam diretamente uma parte dos 12 hectares do estabelecimento. O resto do terreno é tocado pela força de trabalho de três famílias de meeiros, também classificados como agricultores familiares pelo IBGE. Essa modalidade de acesso à terra e produção implica a divisão em 50% dos custos e do rendimento da produção entre o dono da terra e aquele que se envolve diretamente no trabalho.

MARCA PRÓPRIA

Os Pagotto e seus meeiros conseguem grande produtividade de suas 50 mil parreiras por meio do uso de fertilizantes, tratores próprios, equipamentos de pulverização e, sobretudo, fazendo duas podas por ano nas parreiras, que rendem duas colheitas anuais. Em Louveira, a chácara Guarani é uma das poucas que ainda conseguem manter sua própria marca. Houve época em que cada produtor, por pequeno que fosse, tinha marca para a sua uva e maior chance de levá-la ao consumidor final. Hoje os comerciantes chegam com as embalagens com rótulos genéricos e

saem comprando e embalando a uva de vários produtores.

César Veroneze é um dos que comercializam sua produção dessa forma. Já ganhou seus trofeuzinhos, mas nada que se compare à tradição dos Pagotto. Tem 1,6 mil parreiras, além de cultivar lichia e caqui nos seus 2,4 hectares. Veroneze conseguiu comprar seu sítio em 1983, tendo vivido e trabalhado como meeiro toda a sua infância e juventude. “Com a uva, trabalha-se o ano todo para ganhar ou perder em duas semanas. E é o mercado que faz o preço”, diz.

A cerca de 300 quilômetros a sudeste dali, a paisagem do Vale do Ribeira é dominada pela banana. Na zona rural do município de Eldorado, RB encontrou Gilmar Marinho, um dos moradores do quilombo Poça. Ele e a mulher, Neila, têm quatro hectares onde hoje predominam 4 mil bananeiras. Nem sempre foi assim. Neila lembra-se de que, quando menina, os pais e avós plantavam feijão, arroz, batata-doce e mandioca, e tudo era levado de canoa pelo rio até o litoral, para ser vendido. A banana chegou depois e se estabeleceu como monocultura.

O casal sabe que a produção bananeira é dominada por um esquema comercial maior e que o preço é definido pelas relações com o atravessador. Eles falam da crescente presença da agricultura empresarial e dos grandes proprietários na região,

os quais Gilmar chama de “terceiros”. Muitos dos grandes proprietários atuam nas duas pontas da produção: vendem os insumos e comercializam a fruta. “Às vezes eles não querem nem pagar com dinheiro a banana que entregamos e insistem para a gente receber em óleo, adubo...”

Gilmar diz que os “terceiros” buscam na comunidade a mão de obra que empregam nas grandes lavouras, para fazer um “trabalho quase escravo”. “Nós, pelo menos, trabalhamos para nós mesmos. Se der uma trovoadinha, a gente para. Você acha que eles vão deixar os trabalhadores pararem? Vão ficar todos trabalhando com facão e foice debaixo de chuva e trovão.”

Gilmar tenta sair agora da monocultura e começou a diversificar sua produção para atender ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), programa do governo federal que garante um mercado para a produção do pequeno agricultor. Cada família pode vender ao governo mercadorias no valor máximo de 4,5 mil reais anualmente. É pouco, mas Gilmar e Neila têm plantado alface, abóbora, chuchu. Têm até um tanque de tilápias. Plantam mandioca e feijão para o autoconsumo. “O Lula está fazendo um bom trabalho, mas teria que desapropriar as terras dos ‘terceiros’. Aqui já está pequeno para a gente. Estou procurando mais terra e vou ter que arrendar”, diz Gilmar. Gozando da autonomia que ainda têm, Gilmar e Neila deixam a lida depois da entrevista e seguem para a cidade para pajear um netinho que está no hospital.

Gilmar (com a mulher, Neila): elogios a Lula e pedido de mais terra para trabalhar



AUTONOMIA

Gilberto Lourenção, calejado fruticultor da região de Jundiá, também dá grande valor à autonomia de que os pequenos agricultores podem desfrutar. “O que consola ainda nesta vida de produtor é que você pode pegar um dia para ir pescar”, diz Lourenção, que considera a agricultura uma atividade de risco. Não é para menos. Ao longo da vida, ele e os irmãos perderam 60 mil parreiras com a chegada de uma praga à região, nos anos 1980, desistiram da produção de flores quando o mercado se voltou para as capitalizadas cooperativas da vizinha região de Holambra e perderam um sítio em Minas Gerais por conta dos juros de um financiamento.

Mesmo assim, Lourenção insiste. Recebe na propriedade de 8,4 hectares, que divide com os oito irmãos, um ►

agrônomo que avalia suas condições para obter um financiamento do Pronaf. Ele quer 23 mil reais para produzir maracujá. “Eu iria comprar as mudas. Mas pediram um real cada uma e eu vou plantar mil... Aí, comprei umas frutas, tirei as sementes e formamos as plantinhas.”

Apesar de as regras do mercado atingirem a todos em maior ou menor grau, é preciso notar que o modo de produção de gente como os Pagotto, os Veroneze, os Marinho e os Lourenção não pode ser classificado como “agronegócio”, como querem os que definem esse termo como toda atividade agropecuária que envolva qualquer operação mediada pelo mercado. Essa é uma definição grosseira, pois não considera que boa parte das relações e processos que ocorrem num estabelecimento familiar não é determinada pelo mercado e atende a necessidades e aspirações das famílias. Não considera também o pequeno controle e influência que eles têm sobre os rumos da produção empresarial. Basta observar as recentes notícias sobre as novas tendências do agronegócio no mundo: uma corrida global por aquisição de terras em várias regiões do planeta e a organização de fundos de investimentos globais para financiar a cadeia que alimenta, produz, processa e distribui as *commodities* agrícolas (ver “Isto é *agribusiness*”, na página ao lado).

“TÁ DIFÍCIL”

Entre os pequenos produtores familiares visitados pela reportagem, os que têm laços mais estreitos com o agronegócio são os criadores de frangos. Não por coincidência, são eles também que têm a produção mais dependente e subordinada: trabalham sob o conceito de “integração”. O pequeno agricultor “integrado” tem seu trabalho e produção totalmente coordenados pelo grande comprador, que por sua vez é também o fornecedor de todos os insumos necessários.

Essa subordinação pode se estender para além da economia, como no caso de um granjeiro, que inicialmente concordou em receber RB para explicar como vive e trabalha criando frangos, mas voltou atrás após, por prudência, consultar seu integrador. “Não leve a mal, não, mas o pessoal lá não achou a reportagem uma boa ideia”, disse, por telefone, a mãe do produtor. “Deve ser porque não querem que todos saibam que eles pagam muito pouco pelo frango... Olha, está muito difícil.”

Maurício Siconato, criador de frangos para corte da cidade de Morungaba, também acha que produzir está difícil, mas concordou em receber a reportagem em sua propriedade, onde toca, com a ajuda da mulher, de seus dois filhos e de três empregados, seis galpões em que produzem anualmente mais de 850 mil frangos.

O avô de Siconato chegou a pegar a época do café na região, e coube a seus filhos e netos buscarem na criação de frangos e porcos uma alternativa à cafeicultura decadente. Começaram criando 500 frangos de forma improvisada. No início dos anos 1970, o negócio era vender o frango vivo. “O problema é que, quando o mercado ficava ruim, o atravessador não passava. Perdíamos com a ração e com o baixo preço do frango velho”, diz Siconato. Como saída, um produtor amigo montou um abatedouro. Naquele momento, meados dos anos 1970, os hábitos alimentares mudavam no Brasil, que se urbanizava. Ninguém mais queria matar galinha em casa.

Na década seguinte, o tempo de crescimento do frango passou de 100 para 70 dias. A produtividade aumentou, e a concorrência de novas granjas, também. Nos anos 1990, o modelo de criação vinculada a um abatedouro se aprofundou. Os frigoríficos deixaram de pagar um preço negociado com os produtores e passaram a remunerá-los com 10% da receita bruta obtida com a venda dos frangos. “Ainda era um bom negócio, porque eles davam tudo, só entrávamos com os galpões e a mão de obra, que era nossa.”

CONCENTRAÇÃO RUIM

Siconato aumentou a produção para faturar mais. Os frigoríficos também cresciam e, diante da grande demanda por ração, foram obrigados a buscá-la longe, na região Centro-Oeste. Com os novos custos, os abatedouros menores deixaram o negócio, o que gerou uma concentração do mercado. Sem opção para vender, o produtor passou a receber apenas 5% da venda bruta do frango.

Siconato: na “parceria” com as integradoras, os ganhos ficam só com elas



“Essa concentração é ruim. O sujeito que não está satisfeito com a Perdígão nem pode mais correr para a Sadia”, diz Siconato, em alusão à recente fusão dos maiores frigoríficos de aves do País.

Com o mercado saturado e o frango depreciado, Sicanoto não consegue mais ampliar suas instalações. “Para se ter ganho hoje, só aumentando a escala de produção. O negócio mudou e hoje existem granjas de 500 mil frangos lá em Goiás”, diz.

A renovação da tecnologia usada nos galpões também encarece a produção, com comedouros, bebedouros e climatizadores automatizados. E as exigências de cuidados com os frangos aumentam à medida que diminui o tempo de sua criação, que hoje chega a 50 dias. “Hoje o gasto com eletricidade é enorme, porque temos de manter ventiladores ligados para as aves, senão elas não aguentam. Gastamos também com gás para manter o aquecimento dos pintinhos”, diz Siconato, procurando mostrar, na ponta do lápis, sua estreita margem de ganho num negócio que a integradora chama de “parceria”. “A gente fala ‘parceria’, mas, nessa parceria, qualquer ganho que se tem fica só com eles...”

SÓ COXA E PEITO

Nos galpões, sob o insurdecador piado de dezenas de milhares de aves, carrinhos de mão recolhem os animais que morrem de infarto devido ao ritmo acelerado de crescimento. “O frango mudou muito.



Família Maringolo: os produtores de hortaliças trabalham muito, mas vivem bem

No começo, tinham uma perna longa, um pescoço comprido... Hoje, são só coxa e peito”, diz Siconato. “Eles não podem sofrer nenhum tipo de estresse... Só a gente pode”, diz Helena, esposa de Siconato, que há muito não tira dia santo nem feriado por conta dos cuidados exigidos pelos bichos.

Mesmo entre os produtores que têm maior autonomia, parece que, na roça, os fins de semana, os dias santos e os feriados não são muito respeitados. O ritmo de trabalho é intenso. A chuva não tem hora, a planta não espera para ser colhida, o ciclo do sol é implacável.

Cumprindo um ritmo pesado de trabalho, a família Maringolo, do município de Casa Branca, no noroeste paulista, tem o compromisso de enviar toda semana três caminhões de seis toneladas de legumes à Ceasa de Poços de Caldas, em Minas Gerais. O filho mais novo de Roberto Maringolo até se mudou para lá para organizar e administrar as vendas. Mas ainda passa três dias por semana na propriedade da família (7,5 hectares) ou nas terras arrendadas pelos irmãos (30 hectares) para ajudar na produção.

A irmã e a mãe cuidam da casa. Ali criam galinhas, porcos e vacas de leite e plantam uma horta para o autoconsumo. Paulo, filho mais velho de Roberto, diz que permanece na agricultura porque gosta. “Aqui eu como bem, moro bem, vivo bem. Mas é trabalho, viu?”, diz, enquanto lava um tonel de jiló que acabaram de colher. A produção de legumes começou com o avô paterno, nos anos 1940, e eles seguem no cultivo de jiló, de chuchu, de pimentão, de quiabo e de milho.

Roberto viu muita coisa mudar na agricultura. Até há 15 anos, conseguia produzir a própria semente de milho. Ele aponta um saco que afirma ter lhe custado 230 reais. “Diz aí que tem 60 mil sementes. Produz bem, mas depois vou vender o saco de milho de 60 quilos a 17 reais... E o adubo, que no ano passado custava 500 reais a tonelada, neste ano chegou a 1,5 mil reais sem qualquer explicação. Agora, voltou para os 500. Viver aqui é gostoso e sofrido ao mesmo tempo”, diz o agricultor. ■

Isto é agribusiness

Uma pequena amostra da movimentação do grande capital internacional na agricultura brasileira

“Os investidores apostam na elevação da demanda por alimentos, e alguns fundos esperam taxas acima de 25% ao ano”, diz artigo publicado pelo diário *Valor Econômico* em novembro passado. O jornal destaca uma lista de fundos de investimentos que se movimentam para explorar a produção agropecuária no País e dá uma boa ideia de como age o agronegócio. Segundo o *Valor*:

- o AC Agri Opportunity, criado pela alemã Aquila Capital, tem 400 milhões de dólares para aplicar na produção de leite, carne, cana-de-açúcar e grãos;
- o britânico Agrifirma, do qual participa a família Rothschild, comprou 42 mil hectares de terras no oeste baiano;
- o *hedge fund* americano Galtere adquiriu, em parceria com o Harvest Capital, 25 mil hectares para produzir soja e arroz;
- o Grupo Iowa, em parceria com a Cargill, produzirá algodão, soja e milho em 9 mil hectares;
- o *private equity* chinês SinoLatin Capital reservou 200 milhões de dólares para comprar participação em uma empresa de soja instalada no País.

EM JANEIRO do ano passado, havia a expectativa de o novo presidente dos EUA, Barack Obama, enfrentar a crise financeira mundial por meio de um programa de ampliação dos gastos públicos para criar investimentos e elevar o nível do emprego de modo a reativar a economia. Seria um novo New Deal, a exemplo dos programas criados durante a Grande Depressão dos anos 1930, pelo então presidente Franklin Roosevelt.

Essa expectativa continua viva, ao menos para uma parte dos grupos políticos americanos, porque a economia continua essencialmente parada, a despeito de ter crescido 2,8% no terceiro trimestre do ano passado. Em vista disso, a revista americana *Monthly Review* publicou dois artigos que ajudam a entender as

endinheirada, provavelmente a mais poderosa classe dominante da história. Tudo isso é inseparável do papel dos EUA como um poder imperial e dos efeitos desse papel sobre a estrutura doméstica de poder”.

Mais precisamente, os grupos dominantes se oporiam às ações econômicas do governo – e especialmente iniciativas de cunho popular, como o New Deal – porque elas limitariam o controle que aqueles grupos exercem sobre os negócios. “As razões são claras. Acima de um nível mínimo, os interesses imobiliários se opõem à habitação pública; interesses da assistência de saúde privada se opõem à assistência pública; companhias de seguro se opõem aos programas públicos; interesses da educação privada se opõem

a importância de um novo New Deal para a população americana e, segundo, avaliar a chance de essa ideia se concretizar.

“A possibilidade de um novo New Deal deve ser saudada por todos os que são de esquerda, porque promete trazer algum alívio para a população trabalhadora, muito atingida pela crise”, escreveram eles.

Mas alertaram: “Dado que existe um teto político aos gastos civis do governo dos EUA – um teto que persiste por mais de 70 anos –, é improvável que isso mude sem que haja uma luta ampla, um movimento realmente de transformação social. Isso vale mesmo no caso de uma administração federal relativamente progressista e mesmo diante de uma crise econômica que é a pior desde a Grande Depressão” (Veja no quadro os trechos mais importantes da análise.).

UM NEW DEAL PARA OBAMA?

Diante do crescimento acelerado do desemprego e da persistência da crise, economistas de esquerda analisam as opções do presidente americano

por **Flávio Dieguez**

circunstâncias políticas em que a crise se desdobra e as perspectivas que ela coloca para a população americana.

Um dos artigos – assinado por dois respeitados economistas de esquerda, John Bellamy Foster e Robert McChesney – argumenta que só uma mobilização social ampla, envolvendo greves e protestos de rua, como nos anos 1930, forçaria os grupos dominantes da sociedade americana a aceitar um programa como o de Roosevelt.

Não é um problema econômico, mas político, dizem: “É um reflexo da estrutura de poder da sociedade dos EUA, inclusive a organização sindical relativamente fraca e a força relativa do grande capital. Os EUA, apesar de seu caráter formalmente democrático, estão firmemente nas mãos de uma oligarquia

à educação pública e assim por diante. As grandes exceções são estradas e prisões, no campo das despesas civis, e os gastos militares.”

Os autores mostram estatisticamente que existe um teto inflexível, da ordem de 15% do Produto Interno Bruto (PIB), que os gastos públicos nunca ultrapassam. Em 1938, quase dez anos depois do início da crise, e após várias tentativas de reativar a economia, o governo ampliou os gastos civis para 14,5% do PIB. Depois da II Guerra, as despesas voltaram a subir até atingir um pico de 15,5%, em 1975, e se estabilizaram em torno dos 14%.

SEM LUTA NÃO MUDA

Esse artigo, escrito em janeiro do ano passado, procurava, primeiro, mostrar

7 MILHÕES NA RUA

Em outubro passado, *Monthly Review* publicou o segundo artigo mencionado acima, da economista Nancy Rose, fazendo uma comparação entre os programas do New Deal e as medidas tomadas até então por Obama. O contraste dá uma medida da situação dos trabalhadores nos EUA, já que, na fase mais aguda da depressão dos anos 1930, de acordo com Nancy, os programas de Roosevelt conseguiram manter milhões de vagas abertas durante anos. O número de postos de trabalho variou de 1,4 milhão a 4 milhões de empregos, subindo e descendo de período a período.

Isso numa época em que a força de trabalho nos EUA era da ordem de 50 milhões de trabalhadores. Em comparação, a proposta de Obama é criar apenas 3,5 milhões de vagas ao longo de dois anos, sendo a força de trabalho, atualmente, de 155 milhões de pessoas. Esse esforço tímido é surpreendente, escreve Nancy, em vista da rapidez com que a crise de agora atingiu os trabalhadores.

Ela exemplifica dizendo que, em maio de 2009, o desemprego já havia quase dobrado em relação a agosto de 2008, chegando a 9,4% da força de trabalho. “Isso significa que 14,5 milhões de pessoas estavam oficialmente desempregadas e que o número de desempregados aumentou em 7 milhões desde o início da crise.”

Esse número, de acordo com a economista, subestima a extensão real do ►



2009 1930



problema porque não inclui o desemprego oculto – isto é, pessoas que desistiram de procurar trabalho e, por isso, deixam de aparecer nas estatísticas. Também não se contam as pessoas que trabalham em meio período.

Desde a época de Roosevelt, escreve Nancy, houve outros programas de criação de empregos, especialmente nos anos 1970 e 1980, mas bem menores do que os três grandes projetos de Roosevelt: Administração para o Progresso do Trabalho, Administração Federal para Alívio de Emergência e Administração de Trabalho Civil. Depois de 1982 não houve mais programas até que o rápido avanço do desemprego na crise de agora recolocou a possibilidade de um novo New Deal.

COALIZÃO NACIONAL

Nancy dedica boa parte de seu artigo a rebater as críticas de que os programas de trabalho seriam ineficientes. Não apenas não são, diz ela, como podem ser úteis, economicamente, mesmo quando não há crise. Isso é especialmente verdadeiro atualmente, diz ela, porque os EUA passam por um “*deficit* crônico” de trabalho.

“Um programa permanente de criação de empregos continua a receber

apoio de economistas e outros cientistas sociais. Em 1987 criou-se a Coalizão Nacional Empregos para Todos para construir um movimento e defender o emprego pleno de fato, com salários que permitam a sobrevivência.”

Ela explica que “pleno emprego” se refere a uma taxa de desemprego da ordem de 4% a 5% – ou seja, mesmo numa situação “normal”, em que não existe crise, milhões de trabalhadores continuariam desempregados ou subempregados. “Ao defender um programa permanente de criação de empregos, devemos lembrar que ele propicia trabalho para as pessoas e ao mesmo tempo cria serviços e realiza obras de que o país precisa.”

Nancy diz que, durante a campanha para eleger Obama, houve grande empenho para montar um programa de criação de empregos, mas esse esforço ficou diluído, depois da posse do presidente, que, para ela, seguiu uma orientação menos comprometida com os efeitos da crise sobre a população. Paralelamente, a crise nos EUA arrefeceu, ao longo de 2009.

Mas não desapareceu a preocupação. A economia melhorou, principalmente, em decorrência dos recursos de

emergência injetados pelo governo no consumo, por meio de redução de impostos, de maneira mais geral, e de um programa específico de troca de carros novos por usados, no qual o governo pagou às empresas a diferença de preço dos veículos.

CRISE DURADOURA

Esse expediente reaqueceu os negócios em alguns setores, levando o PIB a crescer 2,8% no terceiro trimestre. Mas o consumo não reativou a economia, como mostraram outros números econômicos do período. O emprego, por exemplo, básico para a recuperação econômica, não subiu. O desemprego continuou a crescer no mesmo ritmo em que vinha desde agosto de 2008, chegando ao terceiro trimestre em 10,2%.

Outro requisito básico da recuperação, o crédito bancário, também continuava em queda, segundo avaliação da consultoria Monitor RGE, do economista Nouriel Roubini, o primeiro a antecipar o colapso de 2008. A consultoria considera agora que a crise deve mesmo tomar a forma de um “W”, ou seja, com altas e baixas na produção por um período prolongado, como aconteceu em 1929. ■

Conflito e paz

O aumento dos gastos militares não é uma opção para os EUA saírem da crise, dizem economistas

A invasão do Iraque, ainda nos desdobramentos da crise financeira de 2001, tem sido apontada como um dos meios utilizados pelo então presidente George W. Bush para reativar a economia americana, por meio de investimentos públicos na produção de armas. Os economistas americanos John Bellamy Foster e Robert McChesney analisaram essa questão, no início do governo Obama, e abaixo reproduzimos alguns trechos desse trabalho.

MILITARISMO

Tendo em vista a história do capitalismo americano desde a II Guerra Mundial, pode-se pensar que o caminho mais provável dos que estão no poder seria tentar estimular a economia por meio de um extraordinário aumento nos gastos militares.

AFEGANISTÃO

Essa preocupação cresce com os planos já anunciados pela nova administração de manter o atual orçamento militar e de expandir a guerra no Afeganistão. Por esse motivo, é imperativo que a esquerda redobre seus esforços de oposição ao militarismo e pressione para que os recursos sejam destinados a aplicações civis.

ROMA ANTIGA

É duvidoso, mesmo para os setores da classe dominante, que o gasto militar possa fornecer um estímulo efetivo à economia, nas atuais circunstâncias. Para começar, a despesa militar dos EUA já está no nível de guerra aberta, consumindo metade (ou mais) do gasto bélico total do planeta. Pode-se dizer que seria preciso voltar à Roma antiga para se ter uma situação comparável em termos de domínio militar.

UNILATERALISMO

“Não estamos em 1934-41, quando a despesa militar dos EUA precisou começar do zero. Dobrar ou triplicar o gasto militar, atualmente, significaria gastar duas ou três vezes mais do que o resto do mundo, em guerras ou em preparação para a guerra (isso se outras nações mantiverem seus gastos atuais).

Mas essa situação seria politicamente difícil, tanto globalmente – em vista de as outras potências, com as quais os EUA precisam trabalhar, estarem já alarmadas pelo unilateralismo americano – como também dentro do país, onde mesmo a imprensa mais servil teria dificuldade de explicar o motivo de se desviarem mais recursos para a militarização, enquanto a qualidade de vida despenca.

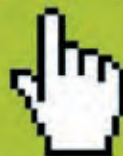
**ASSINE O BOLETIM DO
PORTAL DO IBASE**

Receba semanalmente
artigos, entrevistas e
matérias publicados na
Agência Ibase, além do
conteúdo da revista
Democracia Viva e do Jornal
da Cidadania.

Fique por dentro de uma
visão cidadã sobre os
acontecimentos no Brasil e
no mundo!



www.ibase.br



iBase
etinho



GUERRA SANTA

Getty Images

Decisão inédita da Corte Europeia de Direitos Humanos proíbe exibir símbolos católicos nas escolas italianas e reabre a discussão sobre a separação entre a Igreja e o Estado

por **Yuri Martins Fontes**

DEPOIS de quase dois séculos e meio de vida republicana no Ocidente, o princípio da separação entre Igreja e Estado continua, em muitos casos práticos, inexistindo. E um dos símbolos dessa separação inconclusa é a presença de crucifixos em muitos ambientes públicos. Causou surpresa, por isso, uma decisão da Corte Europeia de Direitos Humanos, sediada em Estrasburgo (França), proibindo por unanimidade pendurar crucifixos nas salas de aula, na Itália. A decisão foi tomada no início de novembro em resposta a uma ação movida pela cidadã italiana nascida na Finlândia Soile Lautsi, participante do grupo União de Ateus e Agnósticos Racionalistas.

A decisão, inédita no tribunal europeu, teve ampla repercussão, especialmente por ter atingido a Itália, onde a influência da Igreja Católica é esmagadora, da cultura à política. Como frisou corretamente o primeiro-ministro italiano, Silvio Berlusconi, extremamente conservador, “qualquer um que caminhe por qualquer vilarejo da Itália não poderá andar 300 metros sem encontrar um símbolo de nossas raízes”.

Berlusconi foi taxativo sobre a decisão de Estrasburgo: “Não existe possibilidade de que coerções nos impeçam de manter os crucifixos nas salas de aula”. O porta-voz do Vaticano, Federico Lombardi, também: disse que viu a decisão com “assombro e

pesar”. O jornal do Vaticano, *L’Osservatore Romano*, lamentou que, “dentre tantos símbolos com que cotidianamente o jovem italiano se defronta, a decisão foi logo atacar aquele que representa uma grande tradição, não só religiosa, mas do continente europeu”.

ATÉ OS DEMOCRATAS

É cedo ainda para avaliar as consequências da decisão, que esquentou um debate que envolve muitos aspectos e diversos interesses políticos. A Corte Europeia de Direitos Humanos expressa um dos muitos pontos de vista nessa disputa. Ela se posicionou de forma oposta e tão categórica quanto

Berlusconi e o Vaticano, qualificando a existência de crucifixos nas escolas como uma “violação da liberdade dos genitores de educar seus filhos segundo suas próprias convicções e da liberdade de religião dos alunos”. Com isso, viola a Convenção Europeia de Direitos Humanos.

A Corte não só entendeu que o Estado é “neutro em questões de crenças”, como tem responsabilidade por qualquer falha em garantir essa neutralidade – tanto que mandou o governo italiano pagar uma multa de 5 mil euros a Soile, como forma de ressarcir a por “danos morais”. Escolas onde há símbolos católicos podem, na avaliação dos juízes europeus, “perturbar aqueles estudantes que professam outras religiões, ou os ateus”.

A tradição cultural não é o único obstáculo a esses princípios, dizem os especialistas: o fato é que ainda estão em vigor na Itália duas leis editadas por Benito Mussolini, em 1924, durante o regime fascista, que obrigam as escolas a pendurar crucifixos nas salas de aula. Depois da II Guerra Mundial, os princípios republicanos foram reafirmados, mas as leis não teriam sido explicitamente revogadas. Não por acaso, o jornal inglês *The Scotsman* resolveu ouvir a neta de Mussolini, Alessandra, sobre a decisão de Estrasburgo. E ela deu a mesma resposta que o governo italiano: seria “uma tentativa de apagar nossas raízes cristãs”.

Mais do que isso: a decisão também desagradou ao Partido Democrático, que congrega a maior parte do antigo Partido Comunista Italiano. Apesar de fazer oposição a Berlusconi, o partido se solidarizou com o governo, e seu líder no Parlamento, Pierluigi Bersani, propôs uma “aliança nacional” contra a decisão de Estrasburgo. Paola Binetti, militante católica do Partido Democrático, defendeu os crucifixos como “um símbolo específico da nossa tradição”.

É nesse ambiente que Soile vem tentando, sem sucesso, fazer valer a liberdade de pensamento na formação de seus filhos, Dataico e Sami, de 11 e 13 anos, na escola Vittorino da Feltre, na vila de Abano Terme, perto de Pádua, no norte da Itália. Em 2001, ela tentou, primeiro, obrigar a escola a retirar os símbolos. Em seguida, levou aos tribunais italianos as mesmas alegações validadas agora pela Corte de Estrasburgo. A Justiça italiana, porém, declarou-se incompetente para decidir.

Berlusconi, portanto, tem motivo para apostar que, se não conseguir reverter, ao menos poderá ignorar a sentença.

Segundo ele, a decisão não tem força de lei na Itália.

Apesar disso, existe uma pressão social crescente em favor da liberdade religiosa – e cultural, num sentido mais amplo –, que é, hoje, alimentada pela presença de grandes contingentes de migrantes na Europa. No ano passado, na Itália, a questão dos crucifixos tinha provocado repercussão num caso que envolveu um juiz, Luigi Tostes. Escudado na Constituição, ele havia se recusado a realizar uma audiência porque na parede do tribunal havia um crucifixo, acabou suspenso do cargo e condenado a 12 meses de prisão, em 2007. Em fevereiro de 2009, a Suprema Corte italiana anulou a sentença.

ISLÂMICOS APLAUDEM

É sintomático que a reversão tenha sido saudada, por exemplo, pelo presidente da União Muçulmana da Itália, Adel Smith. O problema está latente em toda a Europa atualmente, afirma ele, exemplificando com a polêmica gerada, no ano passado, na Espanha, entre o episcopado e o governo. O motivo foi um tribunal de Valladolid ter mandado tirar todos os símbolos religiosos de uma escola da cidade.

Mesmo no Brasil, esse tema entrou forte na agenda nacional no ano passado devido a uma ação civil do Ministério Público Federal, em São Paulo, pedindo a retirada de símbolos religiosos dos prédios públicos federais. A iniciativa, do procurador Jefferson Aparecido Dias, foi contestada na base pelo ministro Gilmar Mendes, que questionou até a “conveniência” da ação.

Dias afirmou que já esperava reações negativas, “tendo em vista a tradição que envolve a formação do Estado brasileiro. Chegaram a dizer que eu pretendia retirar o Cristo Redentor do Rio de Janeiro”. Para ele, não tem cabimento dizer que a ação teria “caráter antirreligioso”. Explicou que ela não impede os servidores públicos de portarem símbolos de sua crença e que o objetivo é justamente garantir a manifestação da religiosidade de todos.

“Em matérias como aborto e casamento”, justificou ele, “é enorme a influência das religiões nas normas jurídicas”. Seu colega, procurador da República em Sergipe, Paulo Guedes Fontes, também considera a ação importante: “Seria um passo em direção a uma maior igualdade entre os cidadãos”, disse ele. E também “um ato de respeito aos que professam outras crenças”. No Brasil, acrescentou, “temos judeus, muçulmanos, budistas, agnósticos, ateus, e todos têm de se sentir representados na sala do Supremo”.

Dias critica a Concordata Brasil-Vaticano (ver “No cravo. E na ferradura”, *Retrato do Brasil* edição nº 28, novembro de 2009), afirmando que, em vez de buscar laicidade, “estamos criando novos vínculos com a Igreja”. Fontes nota que a concordata fala em ensino católico e de outras confissões no horário escolar, e acha difícil haver tempo para todos. Comenta que a França resolveu bem melhor esse impasse: separando Igreja e escola. Decidiu-se eliminar as aulas das quartas-feiras, para que as famílias, por sua conta, buscassem o ensino religioso que desejam. ■

Reação: grupo Milícia de Cristo protesta contra a Corte Europeia de Direitos Humanos



O OUTRO MURO

Após duas décadas, a reunificação alemã continua incompleta e provoca descontentamento nos alemães orientais, que não se sentem reintegrados à nação

por Yuri Martins Fontes



Getty Images

A ALEMANHA comemorou com grande festa, no último dia 9 de novembro, os 20 anos da queda do Muro de Berlim e a subsequente reunificação do país. Os alemães orientais, no entanto, criaram, nesse período, uma expressão muito menos festiva – Mauer im Kopf ou “muro da mente” – com a qual resumem as dificuldades da experiência de unificação. Os alemães orientais não são contra a unidade nacional. Mais de 80% reafirmaram sua aprovação, de acordo com diversas pesquisas feitas ao longo de 2009. O motivo da decepção é justamente o oposto: eles não se

sentem unificados e é esse sentimento que dá significado à expressão “muro da mente”.

Poucos negam que a reunificação funcionou mal. Existem apenas diferenças de interpretação quanto à causa dos tropeços e as possibilidades de remendá-los. O problema é político, argumentou, por exemplo, o jornal *The Financial Times Deutschland* em sua cobertura, afirmando que se subestimou a inércia do antigo Estado comunista e suas instituições. O jornal confia que elas podem ser reformadas sob o modelo neoliberal, o que soldaria, afinal, as duas partes da

nação alemã. No momento, porém, o diagnóstico é que “o país ainda está por ser reunificado”. O prognóstico é que “não poderemos falar de uma Alemanha reunificada antes de 2022 ou mesmo de 2030”.

O novo muro que divide a Alemanha não é só um sentimento: tem também aspectos políticos e econômicos. A maior parte das críticas afirma que a união foi feita às pressas, à revelia dos alemães orientais, mais preocupados em aproveitar a chance de negócios imediatos. Há concordância de que a privatização foi malfeita. Economistas de várias ten-

dências consideraram que a compra das empresas estatais mais valiosas beneficiou principalmente bancos e grandes empresas do lado ocidental.

POPULAÇÃO EM FUGA

Os investimentos em telecomunicações e infraestrutura – basicamente de transporte – tiveram efeito limitado sobre a economia do leste. Estima-se um aporte financeiro acumulado de 1 trilhão de euros desde 1989. Mas a economia cresceu apenas na primeira metade dos anos 1990, depois declinou: de 1999 a 2005, o crescimento médio foi de apenas 1% ao ano, segundo estudo de 2006 do economista americano Jennifer Hunt, da Universidade McGill. Embora aprove a unificação, Hunt escreveu que, “desse ponto de vista, ela foi um fracasso”, concluindo que, se tivesse continuado independente, a ex-Alemanha Oriental poderia estar em melhor situação.

Os salários, visando ao consumo de produtos ocidentais, foram de imediato elevados em até 300%. O resultado a médio prazo, porém, foi que o desemprego subiu e ficou consistentemente nos dois dígitos, chegando a 18% em alguns períodos. Atualmente está até baixo, um pouco acima de 12%, e mesmo assim é o dobro do número ocidental. Passadas duas décadas, a renda per capita ainda é de apenas 70% do valor ocidental.

Um milhão de alemães orientais, de uma população de 16 milhões, já teriam fugido do desemprego indo para a “outra” Alemanha; a maior parte, jovens. O êxodo continua a uma taxa de 45 mil a 50 mil por ano, estimou o influente economista Michael Burda, da Universidade Humboldt. Ele é otimista: afirma que houve melhoras. As indústrias, ainda restritas a poucos setores de bom desempenho, estão se recuperando, ainda que devagar, e, especialmente, estão ganhando produtividade.

Politicamente, uma avaliação comum é de que a ex-Alemanha Oriental não foi exatamente unificada em 1989 – foi “engolida” pelas leis e autoridades do lado ocidental. Essa frase foi usada agora por um dos líderes do movimento pela derrubada do muro, Jens Reich, numa entrevista, em outubro, para a BBC. A emissora analisou o descontentamento do lado oriental dizendo que um dos “novos heróis culturais” do leste é o escritor Igor Schulze, de Dresden, para quem os ocidentais estão agindo “como

se a liberdade fosse um presente que nos deram”.

Esse tipo de ressentimento político – alimentado pela ideia de que a unificação constituiu, de fato, quase uma anexação – foi um dos temas mais comuns na cobertura dos 20 anos da queda do muro. O site especializado *Real Clear Politics* fez uma longa reportagem para argumentar que o desencanto dos alemães orientais não significa um desejo de voltar ao comunismo. Na mesma linha, o diário francês *Le Monde* destacou uma pesquisa na qual 12% dos alemães

Embora não fosse um paraíso, respondia às necessidades básicas do povo

orientais achavam que o muro deveria ser reconstruído.

O descontentamento da população é o maior risco à unificação, defendeu o site inglês *The Guardian*, citando que, “todos os anos, 1% da população desaparece”, expressão do economista Harald Uhlig, da Universidade de Chicago. Essa sensação de risco cresceu com o resultado das últimas eleições, nas quais se destacou o partido A Esquerda, formado por quadros do antigo Partido Comu-

nista da Alemanha. A Esquerda ganhou apenas dois pontos percentuais sobre uma média de 10% nos últimos dez anos, mas venceu em áreas estratégicas (toda a região de Berlim, por exemplo, formando o que a imprensa chamou de “mancha vermelha”) e, pela primeira vez, em estados ocidentais.

ANTES ERA MELHOR

As pesquisas indicam que não existe um desejo significativo de voltar ao período comunista. Há, no entanto, uma ampla percepção de que a vida antes da queda do muro tinha aspectos positivos que hoje não existem mais. Mesmo que 63% digam que a vida melhorou depois da unificação, os números mudam quando a pergunta pede explicitamente uma comparação: nesse caso, 49% dizem que antes era melhor.

Intelectuais de esquerda explicam essa discrepância reconstruindo as condições de vida de 20 anos atrás. “Embora a antiga Alemanha Oriental não fosse um paraíso dos trabalhadores, ela respondia às necessidades básicas do povo”, avalia o canadense Stephen Gowans, colaborador do site *Counterpunch*. “Portanto, era democrática no sentido original e substantivo da palavra”, conclui ele. Diz que o Estado propiciava uma previdência social “generosa”; garantia o emprego e a igualdade trabalhista dos sexos, inclusive por uma “igualdade substancial” de salários; e a assistência médica era gratuita, assim como a educação até a universidade. ■

Retalhada pela Guerra Fria

Dez anos de tensão levaram à construção do muro

Em 1949, a Alemanha estava dividida em quatro partes – ocupadas por ex-União Soviética, EUA, França e Inglaterra – definidas pelos acordos de Postdam. No mesmo ano, os três últimos romperam a negociação e criaram a República Federal da Alemanha (RFA), dividindo a nação alemã em duas.

Parte de Berlim, que fica no leste, foi integrada à RFA e fortificada com tropas da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan), liderada pelos EUA.

A metade leste da Alemanha ficou sob ocupação soviética, e a República

Democrática Alemã (RDA) foi oficialmente criada como Estado soberano em 1954.

Em 1961, num ambiente internacional tenso e de forte agitação em Berlim, a RDA decide isolar a região berlinense da RFA por meio de um muro de 45 quilômetros e 3,6 metros de altura, coberto de arame farpado. Incluindo trechos secundários, o muro chegava a 115 quilômetros.

Em 1989, após 28 anos, um grande movimento popular derrubou o muro, no dia 9 de novembro de 1989, abrindo caminho para uma reunificação do país.

BISBILHOTANDO O PENSAMENTO VIVO

Novos aparelhos que visualizam o cérebro em ação abrem a possibilidade de obter um diagrama do funcionamento do órgão, e não apenas de sua morfologia estática

por **Flávio de Carvalho Serpa**

QUASE 330 anos antes de Cristo, o grego Teofrasto, aluno de Aristóteles, deixou os mais antigos registros de uma curiosidade humana meio mórbida. O que há dentro de um morto? O amontoado de órgãos de formas esquisitas e fluidos não fazia o menor sentido para o racionalismo grego, é claro.

Somente depois do Renascimento é que a descrição não estática dos órgãos revelou as primeiras pistas de como eles funcionavam. O inglês William Harvey, em 1628, foi o primeiro a observar a circulação do sangue e comparou o sistema a uma máquina hidráulica. Dali em diante, a ciência médica deu uma tremenda arrancada. O coração bombeava o sangue. O pulmão era um fole para aspirar e expirar o ar, e assim por diante. Era como passar das pinturas estáticas para a era cinematográfica.

Mas, ao contemplar o cérebro, médicos e cientistas contemporâneos estavam na mesma ignorância do grego Teofrasto. O órgão, uma geleia amarelada de aparência homogênea e sem qualquer similaridade com qualquer artefato mecânico, não dava a menor pista de como funcionava. Em 1861, no entanto, o médico e cientista Paul Broca fez uma descoberta notável. O primeiro paciente dele perdera a capacidade de falar por causa da sífilis e tinha, como revelou a autópsia, uma lesão bem definida numa área no lado esquerdo do cérebro.

Outras autópsias de doentes afásicos confirmaram que a região, hoje conheci-

da como área de Broca, era o centro da fala. A estratégia do cientista de associar doenças mentais a áreas do cérebro, depois da autópsia, teve um grande avanço, tragicamente, com a Guerra da Crimeia, a partir de 1835. Foi um dos conflitos mais sangrentos da história e o primeiro em que a introdução dos fuzis causou dezenas de milhares de vítimas, atingidas a distância, que não morreram imediatamente. Muitos dos que sobreviveram com danos mentais, depois de mortos, revelavam na autópsia as áreas do cérebro atingidas e permitiam correlacioná-las com as sequelas clínicas.

TEMPESTADE ELÉTRICA

Mas a estratégia de correlacionar desvios de comportamento e de pensamento com áreas cerebrais chegou a um beco sem saída, mesmo com o uso de modernos aparelhos de imagens do cérebro em funcionamento, como é a especialidade do cientista Antonio Damásio, famoso autor do clássico *O erro de Descartes* (Cia. das Letras, 1996). Principalmente porque tratavam sempre de pessoas com distúrbios mentais. E como trabalha o cérebro das pessoas normais, que é o que interessa?

O conhecimento científico acumulado apontava para um funcionamento distribuído por todo o cérebro, com relativamente poucas áreas realmente identificadas com funções específicas. Imagens de ressonância nuclear do cérebro de uma pessoa executando tarefas simples

se parecem mais com uma tempestade com raios numa noite muito escura. Um relâmpago ilumina uma região do céu, propagando-se numa rota tortuosa, sucedida por outro a distância, mutáveis como nuvens carregadas ao sabor de ventos caóticos.

O neurocientista brasileiro Miguel Nicolelis, trabalhando na Duke University, na Carolina do Norte (EUA), foi um dos que provaram que não existia uma conexão direta exclusiva para os circuitos neuronais. Ele conseguiu mapear a atividade de bigodes de ratos na exploração sensorial com neurônios específicos no cérebro, mas, surpreendentemente, não bastava um sinal do neurônio principal do bigode para disparar a ação, mas, sim, uma combinação de vários neurônios das redondezas. É como tentar acender a luz da sala acionando o interruptor, mas a ação só tem êxito se as luzes da cozinha e do banheiro também forem acionadas. É uma sabedoria da natureza. Circuitos redundantes e paralelos são muito eficientes em caso de danos e podem desviar as tarefas para áreas saudáveis, além de somente autorizar uma ação de disparo consultando dezenas de fatores envolvidos.

Mapeando essa confusão, Nicolelis conseguiu um feito pioneiro: um macaco com um *chip* implantado no cérebro para ler seus neurônios motores e executar movimentos de um braço robótico a distância. Por tal feito, ele é o mais forte



candidato brasileiro a um prêmio Nobel e a esperança de pessoas tetraplégicas recuperarem artificialmente os movimentos.

O feito foi notável, mas revelou ser muito mais complicado do que se imaginava ter uma espécie de diagrama de funcionamento do cérebro. Um técnico de televisão, consultando o manual ou esquema de fábrica do aparelho, pode analisar uma falha e trocar uma peça defeituosa. Mas haveria algo similar para o cérebro humano, com fiações redundantes e paralelas espalhadas por todo o órgão?

A empreitada claramente parece estar fora do alcance dos esforços humanos. O único organismo que teve todos os seus

circuitos neuronais mapeados como se fosse um esquema de aparelho eletrônico foi o microscópico verme *C.Elegans*. Mesmo com apenas 302 neurônios, levou quase dez anos para ser decifrado, numa complicada engenharia reversa. Seres humanos têm mais de 100 bilhões de neurônios que fazem entre si mais de 100 trilhões de conexões, as chamadas sinapses.

Para se ter ideia da complexidade, o microprocessador Intel mais avançado, um dos dispositivos mais complicados produzidos pela tecnologia, tem apenas 400 milhões de transistores, os equivalentes aos neurônios. Em novembro passado, a IBM, pela primeira vez, rodou

uma simulação do cérebro de um gato em um supercomputador Blue Gene, com 147 mil processadores e 144 terabytes de memória principal. Mas o Blue Gene é imenso, ocupa uma sala enorme e gasta tanta energia como uma pequena cidade. Não é um caminho muito promissor.

CIRCUITOS MUTANTES

Para complicar, o cérebro humano não sai da barriga de uma mãe com um circuito pronto, embora tenha alguma coisa padronizada no nível básico. “O cérebro é essencialmente um computador que cria sua fiação durante o desenvolvimento e que pode refazer seus circuitos”, explica Sebastian Seung, um neurocientista com-

putacional do Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT). “Se tivermos o diagrama de fiação do cérebro, isso poderia nos ajudar a saber como ele funciona”, diz ele esperançosamente à *Technology Review*, revista do MIT, na edição de dezembro.

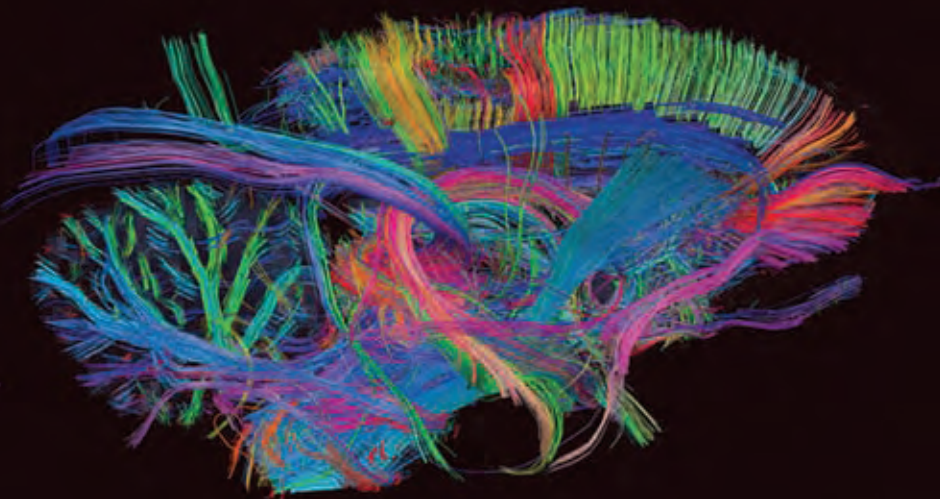
Mas como mapear a complicadíssima fiação do cérebro? As conexões chegam à casa da centena de trilhões e os neurônios medem perto de 4 microns, ou 0,004 milímetro. Eles emitem longos rabos, chamados axônios, que podem chegar a metros de comprimento, e fazem nesse caminho entre mil e 10 mil conexões com outros axônios e neurônios. Uma técnica é enfiar numa região do cérebro eletrodos finíssimos, com até cem pontas, capazes de monitorar o disparo de neurônios individuais. Para complicar, a corrente eletroquímica que circula dentro do neurônio e nas vizinhanças dele não é como a voltagem das linhas elétricas. Ela pode mandar diversos tipos de pulsos, que variam em frequência para mensagens diferentes, e pode ficar sincronizada com outros grupos de neurônios disparando nas mesmas frequências em regiões distantes do cérebro.

Mas uma nova estratégia, ligada a uma importante descoberta, pode abrir amplas janelas para entender o funcionamento do cérebro. Tradicionalmente, os cientistas concentraram seus estudos no mapeamento e funcionamento dos neurônios, tentando monitorar como eles disparam potenciais elétricos que conduzem mensagens ao longo do seu corpo e liberam neurotransmissores químicos nos pontos de contatos com outros neurônios. Os neurônios estão no que se chama “massa cinzenta”, que ocupa metade do volume do cérebro. A outra metade, chamada de “massa branca”, é constituída de longos filamentos sem neurônios.

Pouquíssimo se sabia sobre a função dessa massa branca, que parece uma cabeleira de filamentos isolados por uma substância gordurosa isolante chamada mielina. Sabia-se que danos nesse encapsamento de mielina, quando rompido por doenças, podem ser uma das causas do mal de Alzheimer, assim como fios elétricos desencapados podem causar curtos-circuitos danosos.

BANDA LARGA

O que se descobriu recentemente é que as longas fibras brancas desempenham um papel importante na transmissão de informações dentro do cérebro. Essas



Cérebro de macaco em funcionamento mostrando a atividade e fluxo de informações na substância branca, em vez dos clássicos disparos dos neurônios. Até recentemente não se sabia qual a função da substância branca além de isolar os axônios que transmitem impulsos nervosos.

fibras, aparentemente, funcionam como se fossem as conexões de banda larga da internet. George Bartzokis, professor de psiquiatria da Universidade da Califórnia, explica as recentes descobertas na edição de dezembro da *Technology Review*: “Graças às camadas de isolamento que impedem a fuga de impulsos elétricos, as fibras com

Cientistas não sabiam para que servia a substância branca, que ocupa metade do cérebro

mielina podem mandar sinais aproximadamente cem vezes mais rápidos que as não isoladas. A mielina também faz transmissão de mais informações por segundo, reduzindo o tempo de espera entre sinais. Com isso, os neurônios ligados por mielinas podem processar 3 mil vezes mais informações. Isso é crucial para a fala e o processamento da linguagem”, diz.

A partir daí, Bartzokis até levanta uma hipótese: “O que nos dá capacidade cognitiva não é realmente a quantidade de neurônios, que pode variar bastante de pessoa a pessoa, mas, sim, a qualidade das conexões”.

Estudos no cérebro de Albert Einstein, o qual foi retirado por um médico forense às escondidas e depois conservado, mostram que o órgão desse gênio tinha o tamanho-padrão. Na verdade, tinha até uma falta: uma dobra típica no lobo parietal inferior, que quase todo mundo tem. A especulação é de que essa falha constituía um atalho que permitiria a comunicação mais eficiente na região. Não é aconselhável ninguém mutilar seu cérebro para se transformar num Einstein, é claro.

Até recentemente, a melhor ferramenta de observação do cérebro em ação em pessoas vivas e normais era a ressonância magnética funcional, o mesmo aparelho que quase todo centro de diagnóstico de imagens tem. Mas as pesquisas estavam todas centradas nas atividades da matéria cinzenta dos neurônios e não mostravam a furiosa atividade elétrica das fibras brancas.

A grande descoberta é que moléculas de água se movimentam ao acaso dentro do cérebro, mas, nas proximidades das fibras brancas, elas formam correntes paralelas à mielina, como se estivessem sendo arrastadas pelo fluxo elétrico dentro da mielina. Com algumas adaptações, os aparelhos de ressonância podem agora sintonizar nos movimentos das moléculas de água. Com uma técnica chamada imagem de tensor de difusão da água, os cientistas estão construindo imagens super-realistas de tráfego de dados dentro do cérebro, mesmo sem

saber a natureza dessas informações. É o mesmo que fazer o mapa do fluxo rodoviário nas estradas de um país mesmo sem saber o que os caminhões e carros transportam. Mas aí garimpa-se a valiosa informação das áreas com maior tráfego, que devem ser as mais importantes.

Com as imagens anteriores de neurônios, os cientistas já tinham isolado dez núcleos ou centros cerebrais mais importantes para as tarefas de atenção, memória de trabalho, reconhecimento facial, entre outras funções cognitivas importantes. Combinando as imagens de posição desses núcleos com as dos fluxos, os cientistas criaram algo parecido com o mapa dinâmico de um país, com suas principais metrópoles, centros produtivos e industriais, com as rodovias que os unem.

O ponto de partida nessa corrida começa quase sempre na parte de trás

do cérebro, onde os dados sensoriais são coletados, vindos dos olhos, pele, nariz e ouvido, processados, interpretados e despachados para os lobos frontais, na frente da cabeça, região onde os sinais disparam ações de tomada de decisão ou planejamento.

RAPIDEZ NÃO É TUDO

As conexões entre esses núcleos são tão críticas quanto os núcleos propriamente, assim como de nada adianta grandes centros econômicos num país sem as estradas e outras ligações entre eles.

A sensibilidade desse novo aparelho permite mapear a difusão da água em correntes em até 500 direções diferentes, criando depois, no computador, um mapa tridimensional que se pode chamar de diagrama de conexões do órgão pensante.

Inicialmente, os cientistas achavam que o melhor desempenho do cérebro estava ligado à velocidade dessas “bandas largas”, mas aos poucos descobriram que a velocidade não é tudo, é apenas um dos fatores. Todo mundo conhece pessoas que são muito rápidas no raciocínio, mas que no fundo apenas fazem besteiras mais velozmente que as outras.

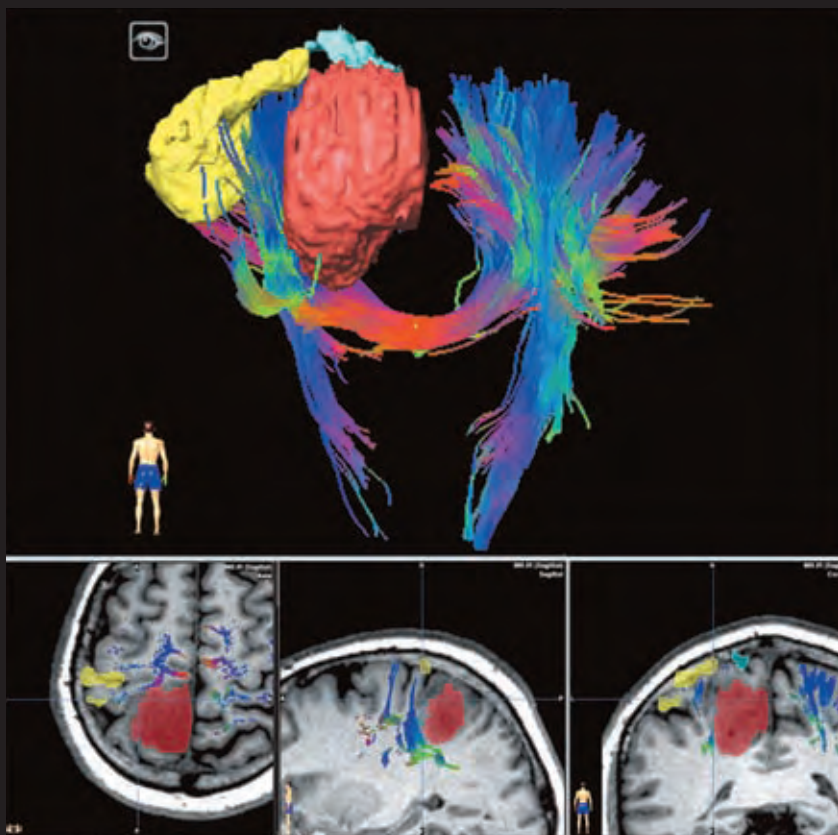
Outro fator importante descoberto foi a qualidade dessas conexões. As mais diretas entre os centros ou núcleos de cognição são mais eficientes. É algo parecido com o funcionamento da internet: uma conexão muito rápida, mas que circula por roteadores espalhados ao redor do mundo, é menos eficiente que um *link* direto. Porém, infelizmente, o cérebro tem a tendência a fazer tudo multiplicado paralelamente e de maneira redundante. Os neurônios formam conexões que lembram rios correndo numa planície, seguindo leitos de menor resistência. Por sorte, como todo organismo vivo evolutivo, esses caminhos, pela experiência e aprendizado, acabam formando feixes densos em direções predominantes. O reforço de conexões muito usadas acaba alterando sua forma, da mesma maneira que músculos muito exercitados ficam mais fortes e definidos.

Em vez de essas descobertas levarem à pessimista conclusão da existência de um diagrama cerebral inato, elas acabam reforçando a constatação de que o órgão pensante humano é bem flexível e plástico, capaz de mudar e melhorar com a experiência e exercícios. A substância branca que une os dois hemisférios cerebrais tem um volume 95% genético e herdado, mas apenas 45% da substância branca nos lobos temporais, responsáveis pelas funções de aprendizado e memória, são herdados – 55% dessa estrutura podem ser melhorados com a persistência da experiência e exercícios.

Há muito tempo se sabe que os fatores ambientais pesam fundamentalmente no desenvolvimento do cérebro. Camundongos criados em ambientes ricos e estimulantes geram mais substância branca nas áreas de cognição. Mas essas descobertas ainda são muito recentes para se ter uma visão mais abrangente do papel da substância branca na inteligência.

Com os novos aparelhos de visualização e mapeamento do funcionamento do cérebro, os neurocientistas esperam fazer uma revolução no entendimento do órgão. Tão radical como foi a descoberta da circulação do sangue, em 1628. ■

Aparelho de ressonância nuclear magnética modificado mostra em 3D, na parte superior da ilustração, como as mensagens estão viajando nas pistas de “banda larga” da substância branca. Na verdade, o aparelho monitora como moléculas de água são arrastadas pelos sinais elétricos ao redor e ao longo da mielina, o isolamento natural da fiação cerebral. Na parte inferior, as imagens tradicionais dos centros cognitivos e funcionais que estão ativados durante determinada tarefa.



Fundadores do Partido Comunista, 1922: fatores importantes, como o acesso à sua obra, contribuíram para dificultar o desenvolvimento do pensamento de Marx no Brasil

DERROTAS E REVANCHES DA DIALÉTICA

O relançamento de obra de Leandro Konder ressalta a importância desse pensador marxista na batalha das ideias travada hoje no Brasil

por **Marcelo Ridenti**

A DERROTA DA DIALÉTICA
A recepção das ideias de Marx
no Brasil, até o começo dos anos 30
Autor **Leandro Konder**
Editora **Expressão Popular**
Ano **2009**
Páginas **264**

CINCO títulos de Leandro Konder foram relançados no último trimestre do ano passado: *A derrota da dialética*, *O marxismo na batalha das ideias*, *Introdução ao fascismo*, *Marxismo e alienação* e *A história das ideias socialistas no Brasil*. O conjunto homenageia um dos intelectuais brasileiros mais expressivos e também comemora os dez anos da editora Expressão Popular, que tem publicado obras indispensáveis, a preços acessíveis. Para divulgar os livros e colaborar com o projeto democratizante da editora, Konder doou a ela os direitos autorais.

Dentre os livros relançados, talvez o mais polêmico seja *A derrota da dialética*, que trata da recepção e do desenvolvimento das ideias marxistas no Brasil até o começo dos anos 1930. Inicialmente publicado em 1988, ele é fruto de um

trabalho escrito ao longo de anos, que acabaria sendo defendido como tese de doutorado em Filosofia na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Essa informação não deve afugentar o público, pois o livro não abre mão da clareza expositiva e tem até um aspecto pedagógico, sem prejuízo do rigor analítico.

A tese central de *A derrota da dialética* é que – sem diminuir os esforços de gerações de intelectuais e militantes – a dialética e o pensamento de Marx foram apenas parcialmente compreendidos no Brasil, para não dizer malcompreendidos. Pelo menos até os anos 1930, as interpretações inspiradas nas poucas obras de Marx que eram difundidas em nosso país (raríssimas delas traduzidas) amalgamavam seu legado com o evolucionismo, o positivismo, o anarquismo e outras correntes analíticas.

Do anarquismo ao marxismo-leninismo sistematizado por Stálin e incorporado pelo Partido Comunista, passando por pensadores autônomos ou vinculados aos mais diversos círculos intelectuais, teria havido um ecletismo que redundou na derrota da dialética.

Capítulo a capítulo, com erudição, Konder dissecou os limites com que se defrontou a recepção à obra de Marx, bem como as dificuldades para aplicar seu pensamento à interpretação da realidade brasileira. Ele sistematiza o que entende pelo método dialético de apreensão do real. A seguir faz um painel histórico-intelectual das relações entre os marxistas e o pensamento de Marx ao longo do tempo, a partir da Europa. Depois passa para a América do Sul, especialmente a Argentina, até chegar ao Brasil, a que se dedica a maior parte do livro.

REFERÊNCIA OBRIGATÓRIA

Para explicar a derrota da dialética, Konder considera aspectos como as dificuldades para ter acesso às obras de Marx, a pouca familiaridade com seu pensamento, as fragilidades do movimento operário, a experiência limitada de ativistas de esquerda, a influência do positivismo e de outras correntes de pensamento, culminando com a difusão maciça do stalinismo no começo dos anos 1930. Destaca especialmente a tradição de desprezo pela elaboração teórica no seio de uma sociedade oligárquica, cuja estrutura não contemplava o acesso ao conhecimento para além de um punhado de letrados.

A derrota da dialética continua a ser referência inescapável. Uma medida de sua importância é que as pesquisas posteriores passaram a polemizar com ela, explicitamente ou não. Por exemplo, *O espírito da revolta: a greve geral anarquista de 1917*, de Christina Lopreato; *A classe operária vai ao Parlamento: o Bloco Operário e Camponês (1924-1930)*, de Dainis Karepovs; *Estratégias da ilusão – a revolução mundial e o Brasil, 1922-1935*, de Paulo Sérgio Pinheiro; *Solidão revolucionária*, Mário Pedrosa e *As origens do trotskismo no Brasil*, de José Castilho Marques Neto; e os capítulos de Cláudio Batalha, de Marcos del Roio, de João Quartim e de outros em história do marxismo no Brasil.

Essas e outras obras não invalidam a leitura de Konder, mas lançam olhares distintos sobre seu tema. Sendo uma referência clássica, não é grave que a nova

edição não tenha incorporado as reflexões mais recentes. As polêmicas são muitas, dependendo do ângulo dos críticos, como a subestimação do movimento anarquista e a dureza excessiva com os pioneiros. Seria o caso de Octávio Brandão, autor comunista de *Agrarismo e industrialismo*, publicado em 1926. Konder arrasa a obra, mas louva os esforços do autor. Por outro lado, alguns apontariam a injustiça com o pensamento de intelectuais militantes que viriam a se tornar trotskistas, como Mário Pedrosa.

Ao fim da leitura, pode-se perguntar: uma compreensão mais adequada da dialética poderia ter levado a escolhas políti-

A dialética e o pensamento de Marx foram apenas parcialmente compreendidos

cas melhores? Konder parece sugerir que não, quer porque o conceito de dialética não serviria para suprimir incertezas, quer porque os marxistas brasileiros estavam marcados pela configuração da sociedade oligárquica em que viviam.

Entretanto, a começar pelo título da obra, fica subjacente que uma percepção dialética adequada da realidade social como totalidade contraditória em mo-

Konder: livro polêmico e importante



Raquel Torres/Divulgação

vimento – fazendo uso das categorias analíticas e do método de Marx – poderia levar a transformações socializantes da sociedade brasileira, se não no passado, possivelmente no futuro. Haveria um resquício, no pensamento de Konder, do cientificismo que ele tanto combate, segundo o qual a política pode ser formulada cientificamente, com os trens entrando nos trilhos quando a dialética triunfar na análise da sociedade brasileira?

DIVERGÊNCIA POLÍTICA

Em período posterior ao tratado no livro, houve inegável avanço teórico do marxismo brasileiro, desenvolvido, por exemplo, por intelectuais ligados ao Partido Comunista – caso de Carlos Nelson Coutinho, autor do prefácio de *A derrota da dialética*. Segundo ele, os livros de Konder *Marxismo e alienação*, de 1965, e *Os marxistas e a arte*, de 1967, juntamente com *Origens da dialética do trabalho*, publicado por José Arthur Giannotti em 1966, foram saltos qualitativos no marxismo teórico brasileiro, iniciando-se a revanche da dialética na batalha das ideias.

Entretanto, longe de implicar uma ação convergente no sentido da transformação socializante, as análises dialéticas sobre a sociedade brasileira e sobre o pensamento de Marx deram origem a ações políticas distintas. Para ficar nos exemplos citados por Coutinho, é sabido que Konder e Giannotti seguiram caminhos diversos, sem renegar a dialética, o uso do método de Marx para melhor apreender a realidade e intervir politicamente. Ou seja, parece haver compreensões não simplificadoras do método de Marx que dão elementos para formular análises e ações distintas. Logo, é de se indagar se a questão política central estaria na maior ou menor compreensão da dialética.

A derrota da dialética foi escrita no momento da transição da ditadura à democracia na sociedade brasileira, no qual o autor constata que se vivia “um tempo de insatisfação, de inconformismo”. Já a presente edição chega num outro tempo, caracterizado por Konder como “um dos piores momentos da história para os socialistas”, como declarou ao jornal *Brasil de Fato* em outubro passado. Seja como for, nos termos de Coutinho, a obra de Konder continua atual na “batalha das ideias que, malgrado tudo, continua a se travar em nosso país”. ■



UMA HISTÓRIA DO HORROR

Relatos sobre a origem de nossas prisões, editados em dois volumes, dizem muito a respeito do caráter da sociedade brasileira

por **Marcos Rolim**

HISTÓRIA DAS PRISÕES NO BRASIL

Organizadores **Clarissa Nunes Maia,**
Flávio de Sá Neto, Marcos Costa e Marcos Luiz Bretas
Editora **Rocco**
Ano **2009**
Páginas **640 (2 volumes)**

AS PRISÕES são instituições modernas. Antes delas, houve as masmorras, onde os acusados eram depositados enquanto aguardavam a execução das penas. A decisão de transformar a privação da liberdade em pena autônoma, entretanto, é algo recente na história da humanidade. As prisões modernas foram concebidas como aparatos de controle que deveriam, ao mesmo tempo, permitir a reforma moral dos condenados. Hoje, passados mais de 200 anos desde as primeiras penitenciárias, as evidências acumuladas permitem afirmar que elas não controlam nem reformam. Muito provavelmente sejam mais funcionais à reprodução em escala ampliada das dinâmicas criminais, seja pela precipitação dos vínculos delituosos agenciados pelo cárcere, seja pela imposição do estigma aos egressos, espécie de sentença perpétua e silenciosa a empurrá-los de volta às estratégias ilegais de sobrevivência.

Os dois excelentes volumes de *História das prisões no Brasil* oferecem um olhar sobre as circunstâncias e as concepções que

propuseram a construção dos primeiros presídios brasileiros, recompondo, assim, momentos importantes de nossa história desde um ângulo poucas vezes selecionado para a pesquisa. Mais do que isso, os textos reunidos nessa obra oportuna e instigante trazem à tona um tanto da pungente realidade vivida pelos encarcerados, homens e mulheres, livres e escravos, desde o início do século XIX, a partir das pesquisas documentais dos diferentes autores reunidos.

O que há de mais surpreendente nesses textos – algo como um espanto que os atravessa – é o fato de darem conta de uma realidade situada há dois séculos, em que, não obstante, podemos identificar muitas das características atuais de nosso sistema prisional. Nesse sentido, *História das prisões no Brasil* poderia trazer como epígrafe a frase de William Faulkner: “O passado nunca está morto. Não é nem mesmo passado”.

A primeira penitenciária da América Latina foi a Casa de Correção do Rio de Janeiro, cujas obras se iniciaram em 1834. Antes disso, os espaços de encarceramento eram os das unidades militares e as “cadeias públicas”, normalmente localizadas nos prédios dos parlamentos. Como o sustenta Carlos Eduardo M. de Araújo, tais espaços estavam sempre superlotados. As primeiras instituições penais brasileiras resultantes do esforço pela maior oferta de vagas nasceram sob o signo da reforma penal e foram inspiradas pela arquitetura e pelas regras defendidas pelos penitenciaristas norte-americanos. Gozava de grande prestígio, também, a proposta do “panóptico” concebido por Jeremy Bentham em 1785 – uma construção penal circular, com uma torre de vigilância ao centro, que permitiria a observação constante de todas as celas. Na execução dos projetos no Brasil, entretanto, propostas desse tipo terminaram sendo “adaptadas”.

O modelo escolhido foi o de pavilhões retangulares, com celas em ambos os lados, que partiam de um centro onde se localizaria o pessoal administrativo. Tais prisões adquiriram, assim, um perfil “radial”, e a opção pelos pavilhões – possivelmente a mais simples e barata – segue sendo reproduzida até hoje, com efeitos que se revelariam funcionais ao descontrole do “encarceramento coletivo” – quando os condenados cumprem suas penas não mais separados em celas, mas em grandes grupos trancafiados em galerias.

O que se descobre em cada texto é que, desde o início, as prisões brasileiras foram espaços lúgubres e imundos. Desde sem-

pre estiveram abarrotadas e serviram como controle sobre as populações excluídas, e não para segregar pessoas acusadas de crimes particularmente graves. O texto de Amy Chazkel revela, por exemplo, que, em 1912, um terço dos 389 homens da Cadeia Municipal do Rio de Janeiro estava detido por “vadiagem”; ou seja: estavam presos por terem feito nada. Desde os primórdios, como o demonstra Clarissa Nunes Maia em seu estudo sobre a Casa de Detenção do Recife, nossas prisões misturaram ladrões e assassinos, mulheres e homens, loucos e mendigos e também adolescentes. Assinale-se, ainda, outra característica – esta derivada da legislação penal: as prisões são concebidas para os miseráveis, porque expressam já o resultado de uma seletividade radical, cujas raízes remontam



às Ordenações Filipinas de 1603. Como se sabe, o livro V dessa legislação portuguesa serviu no Brasil como Código Penal até 1830, estabelecendo definições distintas a respeito das penas e dos próprios crimes a depender da procedência social de vítimas e autores. Fidalgos, escudeiros, peões, mulheres, libertos e escravos eram algumas das categorias a modular as próprias situações típicas. Assim, por exemplo, a regra nº 38 (do que matou sua mulher por a achar em adultério) assinala: “Achando o homem casado sua mulher em adultério, licitamente poderá matar assim a ela como o adúltero, salvo se o marido for peão e o adúltero fidalgo ou nosso desembargador, ou pessoa de maior qualidade”. Pode-se concluir que qualquer semelhança com o tratamento distinto oferecido pela perseguição penal no Brasil, ainda hoje, a ricos e pobres não será mera coincidência.

Antes dos primeiros presídios, o Brasil teve a Presiganga Real, um navio-presídio ancorado na baía de Guanabara que recebeu detentos de 1808 a 1831. Esse tema é desenvolvido por Paloma Siqueira Fonseca. Os presos lá estavam para trabalhos forçados ou para receber punições corpo-

rais. Os oficiais encarregados, acostumados com os abusos dos regimentos da Marinha, aplicavam chibatadas e outros suplícios aos detentos; práticas, aliás, comuns nas Forças Armadas do Império. As punições corporais estavam, no mais, naturalizadas no imaginário colonial pela longa tradição de horror que acompanhou a escravidão e não se estranha que estivessem presentes nas cadeias. O surpreendente é que tenhamos avançado tão pouco desde então para assegurar a cidadania dos encarcerados e que, no interior de nossas prisões, a ideia de civilização siga sendo pouco mais que uma ideia.

O texto de Marcos Paulo Pedrosa Costa, sobre o presídio de Fernando de Noronha, reforça a sensação de um tempo que se deteve nas prisões brasileiras. Em um dos documentos da época, tem-se a descrição do que, não fosse o português arcaico, poderia se referir a um presídio brasileiro do século XXI: “Não há regime hygienico no presídio: alguns condemnados, que se consideram incorrigíveis ou desprotegidos, são amontoados em duas espaçosas salas ou armazéns de um velho quartel, e ali onde apenas poderiam caber 200 se aglomeram mais de 400 miseráveis, representando constantemente todos os horrores da prisão commum [...]”. Na mesma linha, Carlos Eduardo M. de Araújo reproduz o relato do carcereiro do Aljube, no Rio de Janeiro, no ano de 1812: “As calamidades que sofrem os infelizes presos [...], me obrigam a dar parte a V.S.^a que as cadeias estão no mais deplorável estado, [...] seus tetos em total ruína de modo que chove tanto dentro como fora [...] os presos] às vezes dormem por baixo das tarimbais em um chão que mina água todo o ano, o que lhes tem ocasionado doenças às vezes mortais”.

Garimpando informações do tipo e propondo ricas reflexões, *História das prisões no Brasil* nos ajuda a compreender melhor nosso País. Uma obra que, de resto, será referência obrigatória na formação profissional em todas as áreas das ciências sociais. ■

Marcos Rolim é professor do Centro Universitário Metodista (IPA), em Porto Alegre (RS), e membro do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária. Autor de *A síndrome da rainha vermelha: policiamento e segurança pública no século XXI* (Zahar, 2006).

A GRUA DE BASTARDOS INGLÓRIOS

Em seu mais recente filme, Tarantino busca reafirmar a potência do cinema clássico hollywoodiano a partir da ironia pós-moderna

por Leandro Saraiva

UMA cabana isolada, um homem rachando lenha, uma família ameaçada: as belas e tensas imagens iniciais de *Bastardos inglórios*, com bandidos nazistas acossando o pequeno fazendeiro, parecem saídas de um western clássico.

Quentin Tarantino (abaixo) é o mais celebrado dos cineastas pós-modernos – aqueles que vivem das citações, da exposição lúdica (e quase sempre só lúdica) dos “truques” do cinema, da reciclagem irônica (e quase sempre conformista) dos clichês, compondo uma representação em infinitas camadas, que não acredita em referências reais. Mas, em seu mais recente filme, a homenagem por ele prestada à tradição hollywoodiana parece estar bem menos ligada ao prazer das citações, apesar do título retirado do original dirigido por Enzo Castellari, em 1977, e de outras tantas citações que os



aficionados serão capazes de descobrir. *Bastardos* se propõe, classicamente, a ser levado a sério, ou seja, a fazer o espectador, sem piscadelas, mergulhar em seu universo dramático.

Há uma unidade e tom dramático geral que ele experimentara apenas em *Jackie Brown* (1997). Mesmo a espetacularização lúdica da violência, marca registrada de Tarantino desde *Cães de Aluguel* (1992), é rara em *Bastardos*: as muitas mortes são brutalmente secas, sem coreografias, retirando seu impacto de uma visualização intensa e direta (talvez direta demais, num registro quase pornográfico de visualização) dos corpos violentados.

E se o desfecho do filme é francamente ficcional, com o bem-sucedido atentado a Hitler e seu Estado-Maior, isso não chega a contradizer o projeto de drama clássico, já que a verossimilhança do drama, como se sabe desde Aristóteles, está na sua lógica interna, e não na reprodução de fatos isolados.

NAVALHA AFIADA

Entretanto, apesar de Tarantino ter embainhado a espada das pirotecnias de *Kill Bill* (2003), o fio pós-moderno de sua navalha irônica continua mais cortante que as facas dos bastardos escarpeladores. Retomemos a cena inicial, por exemplo. No diálogo entre o nazista e o fazendeiro, a tensão cresce progressivamente e, até a terrível execução da família judia escondida no porão, sofremos junto com o protagonista, que, encurralado pelo terrorismo nazista de Estado, precisa escolher entre os fugitivos e sua própria família. Mas é no seio mesmo dessa cena de corte clássico que a ironia pós-moderna de Tarantino se infiltra. O pai de família mantém-se no figurino sério-dramático, mas o coronel Landa, o “caçador de judeus”, interpretado brilhantemente por Christoph Waltz, é feito de outro material. O exagero do personagem vai além da caricatura de afetação, comum na caracterização melodramática de vilões como “mascarados” (o mal visto como o oposto da transparência). Mais que máscaras, há em Landa um deleite pela *mise-en-scène*, pela explicitação do jogo teatral. Não basta ao “caçador” pegar sua presa. Ele precisa brincar com ela. E, claro, por trás das máscaras em jogo está a direção de Tarantino. Nessa cena, esse prazer — herdeiro dos diálogos rocambolescos,

dramática e deliciosamente inúteis, de *Pulp fiction* (1994) — está incrustado na cena realista, mas quase que a dissolve (o golpe teatral definitivo é um cachimbo “cenográfico” que o coronel exhibe no momento final do diálogo, provocando inevitáveis e antirrealistas risadas gerais na plateia).

Isso é assim por todo o filme. O soldado nazista é executado a secos e tremendamente violentos golpes de bastão de beisebol, mas antes há a *mise-en-scène* de um julgamento, com um ápice de suspense para a entrada do executor, o “judeu urso” (“o que temos mais parecido com cinema por aqui”, explicita “Aldo, o apache” — Brad Pitt —, o líder dos Bastardos). Esse princípio é levado às últimas consequências na antológica e longuíssima cena da taverna, que termina numa carnificina geral, eternamente adiada por diálogos cada vez mais tensos, cada vez mais elaborados e, por fim, inverossímeis. O diálogo dessas cenas como que se autonomiza de sua função dramática, de retardar o desenlace da ação e gerar suspense.

Não são apenas os diálogos. A guerra, em *Bastardos inglórios*, parece ser um grande palco, no qual todos estão criando personagens. Há um leque de apelidos, literalmente “nomes de guerra”, famas que todos tentam afirmar em suas performances: “o caçador de judeus”, “Aldo, o apache”, “judeu urso”, etc. A dupla agente alemã é uma atriz, estrela de cinema, e, na crucial cena da taverna, a hipertrofia das encenações é total: a estrela espera os soldados americanos, que se passam por alemães, para combinarem o roteiro do atentado a Hitler, no qual interpretarão outros papéis. Os personagens encarnam um jogo de adivinhação, em que cada um assume uma identidade a ser desvendada pelos demais (numa espécie de duplicação metalinguística do primeiro sentido da cena). Enquanto isso, Shosanna (Mélaïne Laurent), sobrevivente do massacre de sua família comandado pelo coronel Landa, vive em Paris sob um nome falso, e seu pretendente, o jovem Fredrick Zoller (Daniel Brühl), faz seu próprio papel num filme de propaganda nazista.

O longa todo é um vórtice de encenações e manipulações de identidades e o cinema é um elemento onipresente: Goebbels como o grande personagem político; a convocação de um tenente crítico de cinema para a “missão Kino”; a

sala de cinema como locação do atentado a Hitler; o flerte entre Shosanna e Zoller mediado pela relação deles com o cinema; o amor dela por Marcel (Jack Ido), o projecionista. No desenlace apoteótico, a cena é presidida pelo close de Shosanna, primeiro na tela, depois projetada na fumaça, como um fantasma vingador, ao mesmo tempo judeu e cinéfilo.

Em *Bastardos*, a terrível realidade da guerra e do nazismo é reconstruída com jogo de espelhos, de imagens e encenações. Visto desse ângulo, a “moral da história”, da sede de vingança exemplar dos Bastardos, equivalente à violência nazista, e mesmo o final, com o bem-sucedido atentado a Hitler, assumem outra figura. Do ponto de vista realista, o filme teria de ser considerado regressivo, por sua simplificação bárbara da barbárie e por seu final fantasioso e compensatório.

Entretanto, esse constante “deslizamento”, a cada cena, da moldura dramática geral para a exacerbação pós-moderna (mais sutil e entretecida ao drama do que nos filmes anteriores ►

Aldo (Brad Pitt, abaixo) e Shosanna (Mélaïne Laurent): referências cinematográficas onipresentes



de Tarantino) dos jogos de cena não é um desvio, mas o fiel da balança, o que legitima inclusive o que há de esquemática regressiva no próprio drama (contra a barbárie nazista, a barbárie e meia dos Bastardos e até o atentado final a Hitler).

FANTASIA E REALIDADE

Trocando em miúdos, o cinema é apresentado como uma forma fantasiosa de tratar nossos problemas reais. Há nisso uma afinidade com a noção levi-straussiana do mito: uma mediação simbólica para contradições sociais reais, mesmo que todos saibam se tratar apenas de simbologia (o final falso garante isso ao extremo), o que também está próximo da função catártica clássica. Tarantino está se propondo reafirmar, de modo sutilmente pós-moderno (lúcido sobre seus próprios artifícios), o cinema clássico americano.

O terror real reconstruído e domesticado: uma ética do cinema exatamente inversa ao interdito modernista à representação edulcorada das experiências-limite, como a morte. Iniciada por André Bazin – o mais importante crítico do neorealismo, visto como pedra de toque do modernismo cinematográfico –, essa postura foi continuada por Serge Daney, que formulou o princípio do “*travelling* de Kapo”, que condenava, como limite inaceitável e indecente, a estetização contida num movimento de câmera do filme de Gillo Pontecorvo (*Kapo*, 1959), que reenquadrava o punho de um prisioneiro de um campo de concentração morto em sua tentativa de fuga.

Nessa concepção modernista, as “marcas do real”, como chamou Bazin, estavam sempre presentes num estilo de cinema que, em vez de se esforçar para construir um “outro mundo”, se fazia deixando as marcas da filmagem no resultado final. Daí o elogio a uma montagem um tanto descozida, que privilegiava a contemplação e negava a “moral da história” implícita na amarração dramática clássica. O cinema moderno privilegiou filmes-esboços, que convidavam ao diálogo com o espectador, ao qual eram oferecidos fragmentos de experiências comuns. Esse elogio baziniano a um cinema de encontro humanista foi chamado por Ismail Xavier, em sua apresentação à edição da coletânea de textos de Bazin (*O cinema – ensaios*, editora Brasiliense, 1988), de “o último dos evangelhos do cinema”.



Helmlstron (August Diehl) e Bridget (Diane Kruger) na cena da taverna: carnificina geral

Tarantino apresenta, em *Bastardos*, um pós-evangelho pós-moderno: a lucidez irônica do espetáculo está consciente das críticas modernistas, mas reafirma a função do espetáculo clássico: envolver o espectador numa fantasia compensatória.

SEM RESTRIÇÃO

A autoconsciência de seu empreendimento fica clara naquela que pode ser vista como a mais bela (e inteligente) cena do filme: a da morte de Shosanna e de Zoller na cabine de projeção. Prestes

faz ecoar o elogio baziniano à contemplação humanista, na imagem cinematográfica, do homem em seu desamparo –, olha com compaixão para a imagem de Zoller no filme que projeta. Aproxima-se, então, com compaixão, do homem real, em quem acabou de atirar. É a deixa que ele aproveita para, antes de morrer, executá-la, num tiroteio espetacular, concluído por uma virtuosística tomada superior dos corpos estendidos no chão (poderíamos chamar essa reedição do *travelling* de Kapo de “a grua de *Bastardos* inglórios”).

Tarantino encara o que talvez seja o maior dos interditos da representação cinematográfica: a representação do Holocausto. Encena tudo, sem reservas, incluindo Hitler, Churchill, massacres e vinganças de todo tipo, ao mesmo tempo quase dissolvendo as encenações em infinitos jogos de espelho, em que tudo brilha como espetáculo. O resultado é uma representação da História como teatro, no qual vence quem encenar melhor, sem chances para contemplações humanistas.

O pós-modernismo de Tarantino reafirma a potência “viril” do drama hollywoodiano clássico por meio (e não apesar) da ironia. Temos de concordar com “Aldo, o apache”, alter ego do diretor e roteirista, que afirma, depois de esculpir a suástica no traidor nazista, ser essa a sua obra-prima. Mas daí a concordar com a recusa implícita à vertente moderna do cinema há tanta distância quanto a que separa *Bastardos* inglórios da realidade da II Guerra Mundial. ■

Em *Bastardos*, talvez a obra-prima de Tarantino, ele encena a História como teatro

a perpetrar a vingança judaica contra os nazistas, Shosanna tem de lidar com Zoller, que a deseja e violentamente invade a cabine, de onde ela comanda a projeção do filme no qual o rapaz interpreta a si mesmo como herói nazista no filme de propaganda de Goebbels. Ela – numa última volta das espirais de encenações – o engana e atira nele.

Frente ao corpo agonizante, ela sai do seu papel e, num momento tocante – que

Retrato do **BrASIL**

**Quer informação para compreender
quatro décadas de história?**

Retrato do Brasil, em suas duas edições, analisa os mais diferentes aspectos da sociedade brasileira, no período de 1964 a 2006. A primeira, em 4 volumes, abrange o período 1964-1984. A segunda edição, publicada em volume único, analisa 1984-2006. São textos, gráficos, tabelas e esquemas que ajudam a entender o que se passou nessas últimas quatro décadas nas áreas da ciência e tecnologia, ambiente, condições de vida, cultura, economia e política. Complementam as obras os depoimentos de personalidades de diferentes correntes de opinião e áreas do conhecimento.

**2 edições por apenas
3x R\$ 73,33***

** não incluso o valor do frete*



adquira já

acesse www.retratodobrasil.com

Não importa a dificuldade.
Não importa a distância.
Em 2010, a gente segue
levando desenvolvimento
a cada canto do Nordeste.



Desenvolvimento é financiar cadeias produtivas, gerar emprego e oportunidades.
É mudar a vida das pessoas. Aumentar sua auto-estima e recuperar sua dignidade.
Desenvolvimento é fazer o Nordeste crescer. E ser do tamanho do seu povo.

Cliente Consulta | Ouvidoria: 0800 728 3030 - www.bnb.gov.br